



FORMADOR
David Nunes Fernandes

**Execução
e reversão fiscal**
29 outubro | 9h30-13h00 | Duração: 3h30



VidaEconómica
Business School

Informações/Inscrições

☎ 223 399 400/27

(chamada para a rede fixa nacional)

Email: formacao@grupovidaeconomica.pt



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

DE213672021GSB2B



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO Nº 594655

Nº 2097 / 24 de outubro 2025 / Semanal / Portugal Continental 2,60€

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa

DIRETOR: João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.grupovidaeconomica.pt

Filipa Correia, Diretora Executiva da região EMEA da Crowe Global, considera

“Construir pontes é o segredo da liderança internacional”

Pág. 27



PUB

GEORGE

CAREER CHANGE

WWW.GEORGE.PT

ATUALIDADE

Data centers podem gerar 9400 empregos em Portugal até 2031

Pág. 4

Preços das casas atingem a maior subida de sempre



Pág. 7

Marina Lledó Acarreta, advisor da Bridgewater, afirma

“Sem liderança não há evolução”

Pág. 18

Discover Austria 2025

Fatores económicos e turísticos aproximam Portugal e Áustria

Pág. 19

EMPRESAS

Paula Arantes, administradora do Grupo Combitur, afirma

“Inovação e sustentabilidade são hoje imperativos do setor da construção”

Pág. 12



Hélène Farnaud-Defromont, embaixadora de França, destaca nos Troféus Luso-Franceses

“França e Portugal partilham uma visão de futuro centrada na inovação e na sustentabilidade”

Págs. 14 e 15

MERCADOS

Lurdes Gramaxo, presidente da Investors Portugal, defende

Capital de risco é motor de transformação económica em Portugal

Pág. 24



OE2026 repõe aumento da tributação autónoma

Empresas com prejuízos vão ter IRC agravado



- Associações empresariais exigem o fim das tributações autónomas

Pág. 22

Jens Stoltenberg afirma à Vida Económica

“A NATO venceu a Guerra Fria contra a Rússia porque as nossas economias eram mais competitivas”

Pág. 5



9 720972 000037

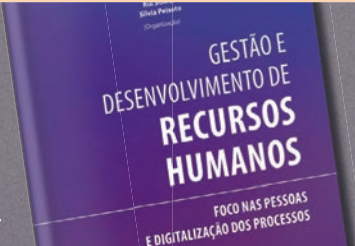
02097

LIVRO DA SEMANA VidaEconómica

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

FOCO NAS PESSOAS E DIGITALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Campanha válida de 27 de outubro a 2 de novembro nos termos do regime jurídico do preço fixo do livro.



Desconto de 50%

DISPONÍVEL TAMBÉM EM VERSÃO EBOOK

ABERTURA

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Sou dono de uma empresa especializada no descasque de castanha e outros frutos secos. Pretendo modernizar a minha linha de produção. Posso candidatar-me ao Portugal 2030?

A atividade desenvolvida é considerada como “transformação e comercialização de produtos agrícolas”, pelo que não é apoiada pelos apoios à indústria do Portugal 2030, mas, sim, pelo PEPAC Portugal (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum para Portugal), o qual incorpora todos os apoios ao setor agrícola.

A atividade desenvolvida (CAE 10394 - Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis) é elegível no âmbito da Tipologia C.3.1.1 “Investimento produtivo na Bioeconomia – Modernização” do PEPAC Portugal, a qual possui atualmente período de candidaturas aberto.

Podem candidatar-se a esta Tipologia C.3.1.1 as pessoas singulares ou coletivas que se dediquem à transformação ou comercialização de produtos agrícolas, desde que desenvolvam atividade em CAE elegível. A cada candidatura deve corresponder apenas um setor de atividade agrícola.

As empresas devem apresentar situação económica e financeira equilibrada, comprovada através de uma autonomia financeira pré-projeto (em 2024) igual ou superior a 20%.

O investimento total deve ser igual

ou superior a 10.000 euros e inferior a 2.000.000 euros, no entanto, se o projeto se localizar na área de intervenção de um Grupo de Ação Local, apenas se pode candidatar à Tipologia C.3.1.1 se o investimento total for superior a 250.000 euros. Caso se localize na área de intervenção de um Grupo de Ação Local e pretender um investimento inferior a 250.000 euros, é necessário verificar se o Grupo de Ação Local em causa possui concurso aberto à tipologia D.1.1.1.2 “Pequenos investimentos na bioeconomia e economia”.

No caso da Tipologia C.3.1.1, os apoios têm a natureza de subvenção não reembolsável, podendo assumir as seguintes modalidades:

- i. Custos unitários – para despesas relacionadas com construção civil (estrutura de betão e estrutura metálica/ pré-fabricada em zona industrial, zona social, zonas nobres, telheiros, arruamentos, terraplanagens) e instalação de sistema fotovoltaico;
- ii. Reembolso dos custos elegíveis efetivamente incorridos pelo beneficiário.

As taxas de apoio são as seguintes:

- 50% para investimento elegível

até 250.000 euros;

- 45% para a parcela do investimento elegível superior a 250.000 euros e inferior ou igual a 2.000.000 euros.

O limite de apoio por candidatura é de 600.000 euros.

A elegibilidade temporal do investimento pode ocorrer a partir de 1 de janeiro de 2024 desde que a operação não se encontre materialmente concluída ou totalmente executada. As despesas realizadas em data anterior à submissão da candidatura, são elegíveis quando apresentadas no primeiro pedido de pagamento no prazo máximo de 60 dias a contar da data da submissão eletrónica e autenticação do termo de aceitação.

Os prazos máximos para os beneficiários iniciarem e concluírem, a execução física e financeira das operações são, respetivamente, de 6 e 24 meses, contados a partir da data da submissão eletrónica e autenticação do termo de aceitação

As candidaturas à Tipologia C.3.1.1 “Investimento produtivo na Bioeconomia – Modernização” encontram-se abertas até 30 de dezembro de 2025.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500





FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Muito se tem falado, nos últimos tempos, da importância de reforçar os investimentos no interior. Para além dos vários relatórios publicados sobre o tema, a discussão dos pacotes de descentralização e as vozes autónomas de fóruns da sociedade civil são consensuais na necessidade de encontrar soluções para a crescente desertificação e empobrecimento do interior. Mas continua a faltar uma estratégia clara que passe pela clarificação das áreas de especialização no território. Precisamos, de facto, de apostar cada vez mais na ambição de um território verdadeiramente inteligente.



ECONOMIA MAIS

PORTUGAL DIGITAL – O digital está cada vez mais presente na gestão da cadeia de valor das principais fileiras da nossa economia, como esta semana ficou patente no Portugal Digital, que, em Lisboa, juntou muitos interessados e especialistas.

AGENDA INFORMAÇÃO – Geoff Mulgan há muito que nos habituou a uma análise estratégica muito inovadora sobre os alicerces em que deve assentar a aposta no nosso modelo competitivo. Muito oportuna a sua mensagem sobre a importância de termos melhor informação nas decisões que tomamos.

FOCO NAS PESSOAS – Um dos fatores críticos para essa ambição, referido por Geoff Mulgan, prende-se precisamente com a aposta nas pessoas, que temos de saber atrair e reter, para as mobilizar para esta agenda única de reposicionamento estratégico da nossa economia e das suas principais fileiras de atuação.



ECONOMIA MENOS

MAIS PRODUTIVIDADE – Num recente texto de análise numa publicação de referência, Alberto Pezzi alertou para a falta de uma verdadeira abordagem integrada sobre a IA, que envolva em rede organizações e pessoas, com a apresentação de soluções mais práticas.

NOVA CULTURA – A área da Cultura enfrenta grandes desafios em termos de renovação de agenda e de maior capacidade de integração com as tendências de uma sociedade em profunda mudança e confrontada com novos desafios mais exigentes.

MAIS TOLERÂNCIA – Com a pandemia, a falta de tolerância agravou-se de forma muito evidente e, com ela, diminuíram os níveis de confiança positiva de muitas pessoas no futuro. Impõem-se, cada vez mais, novas iniciativas de promoção do sentido de comunidade e de melhoria dos níveis de inteligência coletiva.

Nesta edição



18^{NE}
“Sem liderança não há evolução”



24^{Mercados}
Capital de risco é motor de transformação económica em Portugal



27^{Mercados}
“Construir pontes é o segredo da liderança internacional”

AtualidadePág. 07
Preços das casas com maior subida de sempre

OpiniãoPág. 08
Orçamento do Estado: o triunfo da inércia

Ócio & Negócios Pág. 10
O Estado e a arte de taxar quem já está de joelhos

AtualidadePág. 13
Variável esquecida, inflação invisível

Negócios e Empresas..Pág. 14
As quatro estações: como liderar em cada fase da transformação organizacional

Negócios e Empresas..Pág. 16
“Garantias do Banco de Fomento impactam até 2,3% no PIB”

Fiscalidade.....Pág. 23
IVA – Cedência temporária de pessoal entre empresas

Mercados.....Pág. 24
Luxo enfrenta a maior travagem em três décadas

Empresas.....Pág. 30
Reforma laboral: (o que) será que vale a pena

Automóvel..... Pág. 31
Elétricos batem recorde mundial

Imprensa
EM REVISTA



BCE deverá manter taxas de juro

A inflação na Zona Euro evoluiu como previsto em setembro, o que leva a prever uma manutenção das taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE) ao nível atual durante um certo tempo.

O índice dos preços ao consumo nos 20 países que partilham o euro foi de mais 2,2% em setembro, em termos homólogos, que compara com os 2% de agosto, de acordo com os dados do Eurostat. As contribuições mais fortes para a taxa de inflação anual provêm do setor dos serviços.



Teto às rendas pode ser pernicioso

Controlar o preço das rendas parece uma solução justa e imediata para a crise da habitação, mas a Comissão Europeia alerta que é, afinal, um remédio com efeitos colaterais graves. O relatório europeu conclui que os limites às rendas reduzem a oferta de habitação, criam mercados paralelos e desincentivam a manutenção dos imóveis. Em Espanha, o aumento

máximo das rendas foi limitado a 2% em 2023 e 3% em 2024. Contudo, a médio prazo, estas medidas geram escassez e encarecem o mercado livre. Proprietários optam por vender ou converter imóveis em alojamento turístico, enquanto investidores retraem-se.

A história e os estudos económicos confirmam: o controlo de preços distorce o mercado e prejudica quem pretende proteger.



Estados Unidos exercem maior controlo sobre as empresas

O Governo Trump está a tentar combater novas medidas económicas da China exercendo mais controlo sobre empresas americanas em setores estratégicos importantes. A abordagem marca uma nova era na política industrial dos Estados Unidos.

A medida que cresce o domínio da China sobre a produção de minerais de terras raras e tecnologia de baterias, o presidente Trump quer seguir o exemplo da estratégia económica de Pequim. Ao adquirir mais participações em empresas americanas especializadas em áreas consideradas críticas para a segurança nacional, o Governo pretende exercer maior controlo sobre o que produz.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto. • **NIF:** 507258487 • **DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA:** Herdeiros de João Carlos Peixoto de Sousa – 40,61%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 13,96%; Pedro Manuel Marinho Peixoto de Sousa - 10,99% • **ADMINISTRAÇÃO:** João Luís Peixoto de Sousa • **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa • **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Dias • **SEDE DA REDAÇÃO:** Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional). Fax. 222 058 098 • **ESTATUTO EDITORIAL:** https://www.grupovidaeconomica.pt/pt-pt/ficha-tecnica-vida-economica • **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax: 229 485 631 **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 (chamada para a rede fixa nacional) - Fax 214 326 009

MEMBRO DA
EUROPEAN
BUSINESS PRESS



TIRAGEM
CONTROLADA
PELA:



A PRESENTE EDIÇÃO TEVE
UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL
DE 102.160 EXEMPLARES,
EM DIGITAL E PAPEL
4000 Município (Porto)
TAXA PAGA

Depósito Legal nº 33 445/89
ISSN 0871-4320
Nº Registo na ERC: 109 477

› Insight View

Tão easy como

Converter dados em oportunidades de negócio

Insight View é a única plataforma de analítica avançada desenvolvida com um sistema inovador de análises económico-financeiras para aceder a dados de maneira fácil e convertê-los em oportunidades de negócio.

- Monitorização de empresas
- Relatórios de empresas dinâmicos
- Avaliação de riscos de incumprimento
- Análises setoriais
- Prospeção de marketing
- Análise de dívida

322 milhões
de entidades

73
países



Registo gratuito durante 15 dias
insightview.pt

Aceda à informação empresarial mais completa e atualizada de mercado

Contacte-nos

+351 213588877 (chamada para a rede fixa nacional)

Iberinform
Crédito y Caución

Tech it easy

Condições da oferta: acesso gratuito disponível apenas para novos clientes Iberinform com um período de validade de 15 dias e um valor de 33€. O utilizador terá acesso a consultas de dados financeiros de empresas ou o download de até 150 registos para prospeção comercial com 8 campos, para além de outros recursos sem custos. Os acessos ao RAI ou às Instituições de Crédito Financeiro e relatórios internacionais não estão disponíveis. Promoção não acumulável com outras já existentes. A Iberinform reserva-se no direito de negar um teste gratuito se assim o considerar.



ATUALIDADE

Mercado imobiliário bate recordes

O mercado imobiliário português vive um momento de forte dinamismo, impulsionado por uma procura crescente e pela valorização acelerada dos imóveis. No segundo trimestre foram transacionados 42 889 alojamentos, mais 15,5% face ao mesmo período do ano passado, num volume global que atingiu 10 270 milhões de euros, o que refletiu uma subida de 30,4%. O Índice de Preços da Habitação fixou um novo máximo histórico, com uma variação homóloga de 17,2% e um aumento trimestral de 4,7%, confirmando a tendência de valorização que vem marcando o setor.

Estudantes devem 36 milhões em propinas

Os estudantes do ensino superior não realizaram o pagamento de 36,1 milhões de euros em propinas às principais universidades e politécnicos públicos. O valor é um acumulado dos últimos três anos letivos de 14 instituições públicas, que abrangem cerca de 133 755 estudantes. São valores que respeitam a dívidas em que o prazo para pagamento está concluído. No menos período foram recuperados mais de 16 milhões de euros e remetidas ao fisco 3653 certidões de cobrança coerciva.

Data centers podem gerar 9400 empregos em Portugal até 2031

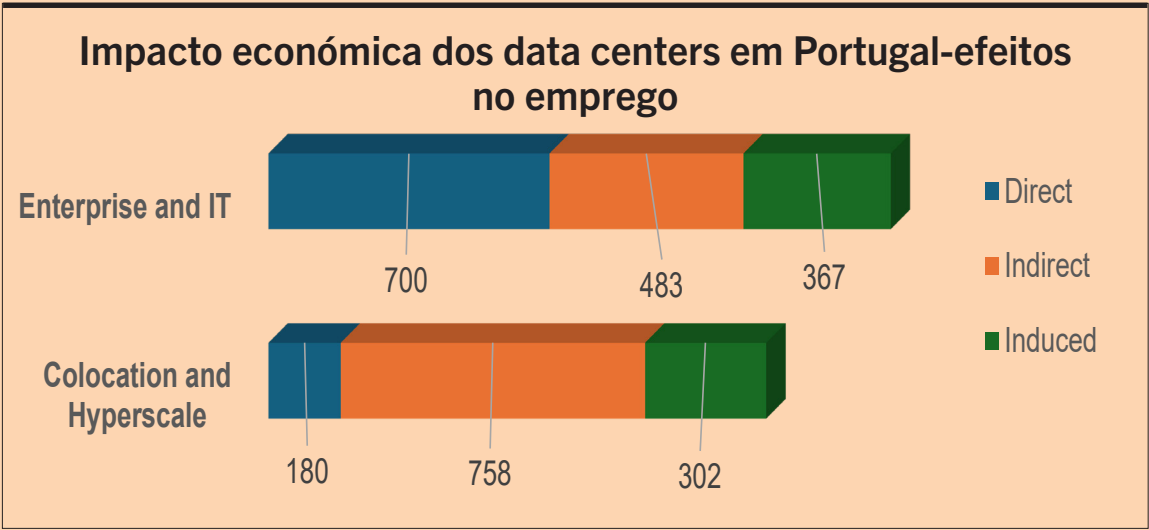
O setor dos data centers em Portugal deverá criar mais de 9.400 empregos diretos, indiretos e induzidos até 2031, segundo o estudo “Market Outlook Data Centers Portugal 2025”, promovido pela associação Portugal DC. O contributo do setor para o PIB nacional deverá crescer dos atuais 160 milhões de euros em 2024 para 3,7 mil milhões em 2031, revelando um forte potencial económico e tecnológico.

Portugal consolida-se como ponte digital atlântica, ligando Europa, Américas, África e Ásia, graças a cabos submarinos como EllaLink, Equiano, 2Africa, Nuvem, Medusa e PISCES, que reforçam a conectividade internacional e a atratividade

do país para investimento em infraestruturas digitais.

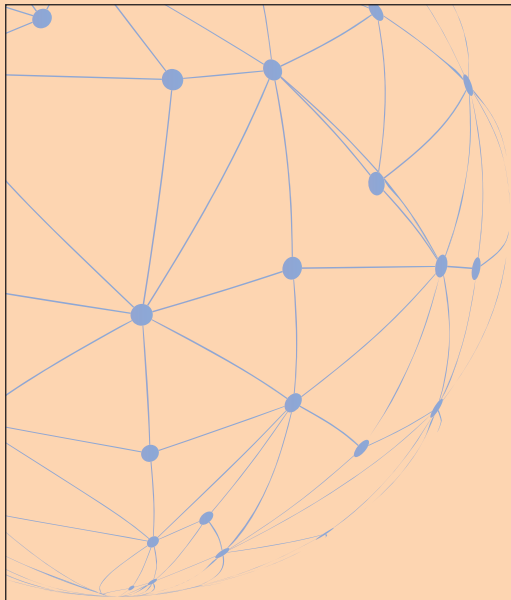
O relatório destaca ainda a expansão da Inteligência Artificial e da computação de alta densidade, que está a impulsionar a procura por instalações mais eficientes e sustentáveis. O setor opera com um cabaz energético fortemente renovável e compromete-se a atingir neutralidade carbónica até 2045, cinco anos antes da meta europeia.

A escassez de profissionais qualificados surge como um dos principais desafios, sendo apontada a necessidade de reforçar a formação em áreas STEM e a requalificação de talentos. O estudo sublinha também a



importância do licenciamento PIN, dos incentivos fiscais e da continuidade do apoio político e regulatório para consolidar Portugal como centro digital europeu sustentável.

PUB



FORMADORA
Filipa Matias Magalhães
Advogada, Licenciada em Direito
Formadora na área de Direito do Trabalho

FORMAÇÃO ONLINE



Processamento salarial

17 e 18 novembro | 9h30/12h30 | Duração: 7 horas

PROGRAMA

- 1 - As mais recentes alterações legislativas com impacto na remuneração

2 - O conceito de retribuição enquanto elemento essencial do contrato

3 - Modalidades de retribuição

4 - O regime das férias e a sua importância na determinação da retribuição: calcular a retribuição das férias e do subsídio de férias

5 - Do regime dos feriados e dos seus reflexos na retribuição: trabalho normal em dia feriado e trabalho suplementar em dia feriado

6 - Casos Especiais de Cálculo da Retribuição: isenção de horário de trabalho, feriados, trabalho noturno e trabalho suplementar

7 - O direito a pagamento de ajudas de custo no país e no estrangeiro
- 8 - Forma de Cumprimento, Lugar de Cumprimento e Tempo de Cumprimento da Retribuição

9 - O regime das faltas

10 - Licenças e Dispensas Retribuídas pelo Empregador ou pela Segurança Social ou Sem Retribuição

11 - Substituição e Compensação de Faltas Não Retribuídas

12 - Descontos obrigatórios e facultativos

13 - Formas de Cessação do Contrato de Trabalho e Respetivas Indemnizações/compensações

14 - Processamento de Subsídio de Natal, Subsídio de Férias e Férias Não Gozadas aquando da Cessação

15 - O direito à formação profissional e o direito do trabalhador a ser retribuído pela sua inexistência



PREÇO*
Assinante GrupoVE 75€
Não Assinante 80€
* Acresce IVA à taxa em vigor

INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES
Vida Económica - Editorial SA.
☎ 223 399 400/27 (chamada para a rede fixa nacional)
Email formacao@grupovidaeconomica.pt / www.vebs.pt

Produção na construção cresce na Zona Euro

A produção na construção aumentou 0,1% na Zona Euro e manteve-se estável na União Europeia, em agosto, relativamente ao mês homólogo, adianta o Eurostat. Face a julho, verificou-se uma quebra de uma décima na região da moeda única e de 0,9% na UE. Em termos homólogos, as maiores subidas foram na Eslovénia, na República Checa e na Eslováquia, enquanto as maiores quebras tiveram lugar na Hungria, nos Países Baixos e na Polónia.

Transferências do OE para as câmaras aumentam

As transferências do Orçamento do Estado para 2026 vão crescer acima da inflação. De facto, os municípios vão receber cerca de 4,4 mil milhões de euros, o que se traduz num acréscimo de 2,7% relativamente ao presente ano, de acordo com o Ministério da Economia e da Coesão Territorial. A proposta orçamental inclui ainda um reforço da dotação do Fundo de Emergência Municipal (FEM), cuja dotação passa de seis milhões em 2025 para 10 milhões de euros em 2026.

JENS STOLTENBERG AFIRMA

“A NATO venceu a Guerra Fria contra a Rússia porque as nossas economias eram mais competitivas”

O ex-secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, defendeu que os países aliados devem aumentar os gastos em defesa para 3,5% do PIB, além de 1,5% em infraestruturas e investimentos relacionados com a defesa, mas alertou que “gastar mais” deve vir acompanhado de “gastar melhor”. Em declarações à “Vida Económica”, durante a apresentação do seu livro “No Meu Comando: Liderar a NATO em Tempos de Guerra”, na Feira do Livro de Frankfurt, Jens Stoltenberg sublinhou a importância da qualidade dos gastos e do papel económico da Aliança.

“Os aliados da NATO precisam de gastar mais, mas também de gastar melhor. São as duas coisas, não apenas uma”, afirmou Jens Stoltenberg à “Vida Económica”, acrescentando que “o verdadeiro propósito do aumento não é cumprir números, mas atingir as metas de capacidades da NATO”.

Segundo o anterior líder da Aliança, não há atalhos para o cumprimento dos compromissos assumidos:

“A NATO acordou que precisamos de um certo número de brigadas, aviões e navios. Portugal, como os outros aliados, tem de contribuir com capacidades específicas. Isso não se consegue sem investimento.”

Ainda assim, Jens Stoltenberg destacou a importância de melhorar a eficiência:

Ex-secretário-geral defende mais investimento, mas com foco na eficiência

“Receio que se tente compensar a necessidade de gastar mais. A forma mais importante de gastar melhor é enfrentar a fragmentação da indústria de defesa europeia. Nos EUA há um modelo de tanque — o Abrams. Na Europa temos oito. Assim, não há economias de escala.”

NATO deve contribuir para a estabilidade económica

Questionado pela “Vida Económica” sobre o papel económico da NATO perante as ameaças ao mercado da energia e ao comércio mundial, resultantes da imposição de tarifas, Stoltenberg sublinhou que a organização é focada em ameaças externas, mas recordou que o Artigo 2.º do Tratado de Washington, que fundou a NATO, incentivava a cooperação económica e comercial: “Ganhámos a Guerra Fria contra a Rússia porque as nossas economias eram mais competitivas. Não devemos fazer nada que



“Acredito em economias de mercado abertas e no comércio entre amigos e aliados.” — disse Jens Stoltenberg, ex-secretário-geral da NATO, na Feira do Livro de Frankfurt.

enfraqueça essa competitividade”, acrescentou.

Em tom crítico, referiu ainda a sua discordância com Donald Trump sobre tarifas comerciais:

“Acredito em economias de mercado abertas e livres. Acredito no comércio entre amigos e aliados. Não gosto das tarifas aduaneiras — é um ponto em que eu e Trump discordamos.”

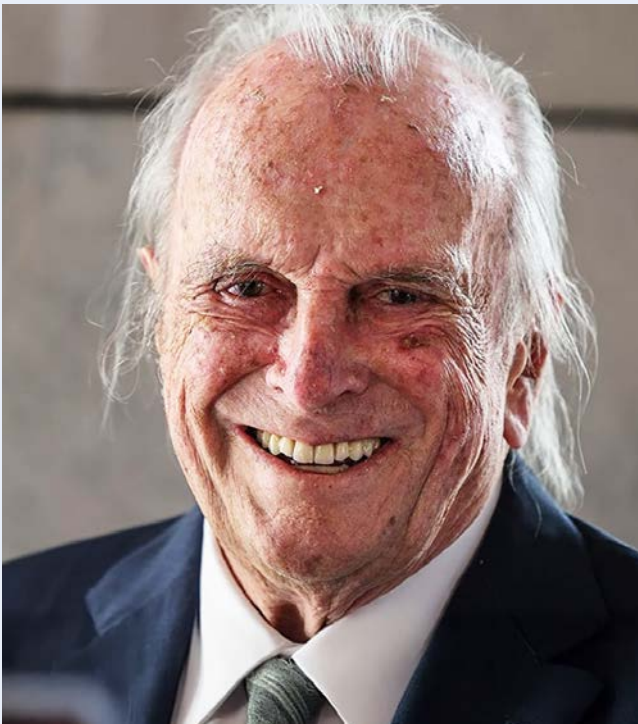
Francisco Pinto Balsemão: Um legado de liberdade, ética e serviço público

Esta semana, Portugal perdeu uma das figuras maiores do seu jornalismo e da sua vida pública. Francisco Pinto Balsemão deixou-nos, mas o seu exemplo permanece como um dos mais sólidos pilares da democracia portuguesa. A redação da Vida Económica presta-lhe homenagem, reconhecendo no seu percurso o símbolo de uma geração que acreditou no poder da informação livre e no valor da responsabilidade cívica. Fundador do Expresso, Francisco Pinto Balsemão foi muito mais do que um empresário da comunicação. Foi um construtor de instituições, um promotor da liberdade de imprensa e um defensor do jornalismo independente e rigoroso. Numa época em que o país ensaiava os primeiros passos da democracia, o Expresso representou um farol

de modernidade, pensamento crítico e pluralismo — um espaço de debate que ajudou a formar consciências e a consolidar valores democráticos. Mas o contributo de Francisco Pinto Balsemão ultrapassou o campo dos media. O seu compromisso com o serviço público e com o interesse coletivo ficou patente na sua ação política, enquanto deputado, ministro e primeiro-ministro. Sempre fiel aos princípios da liberdade e da transparência, foi uma voz ponderada, racional e profundamente ética no espaço público. Ao longo de décadas, manteve-se um defensor intransigente da independência editorial, recusando a submissão do jornalismo a lógicas de poder ou de mercado. A sua visão

moderna da comunicação social — aberta, responsável e comprometida com o país — influenciou gerações de jornalistas e gestores de media. Para a Vida Económica, que partilha da mesma convicção de que o jornalismo é um bem público essencial ao progresso económico e social, a perda de Francisco Pinto Balsemão representa o desaparecimento de um referencial de integridade, cultura e liderança. O seu exemplo perdurará como inspiração para todos os que acreditam que a informação é um instrumento de cidadania, desenvolvimento e liberdade. A Vida Económica honra a sua memória e o seu legado, agradecendo-lhe a lição de rigor, de coragem e de serviço ao país.

João Luís Sousa





ELIANA LOPES
Professora Assistente
Coordenadora de Ensino a
Distância – ISAG – European
Business Scholl

Inteligência Artificial no Ensino Superior: Entre Oportunidades e Desafios Éticos

A Inteligência Artificial transformou-se numa realidade incontornável do quotidiano contemporâneo, permeando praticamente todas as dimensões da sociedade humana. O Ensino Superior não constitui exceção a esta tendência global; pelo contrário, representa um dos domínios mais suscetíveis a transformações profundas provocadas pela adoção desta tecnologia. A IA oferece benefícios significativos para a educação, de acordo com a UNESCO (2023), permite personalização sem precedentes do processo educacional, adaptando conteúdos às necessidades individuais dos estudantes. Ferramentas como ChatGPT demonstram capacidade comprovada para auxiliar em pesquisa bibliográfica, síntese de informações e estruturação de argumentos, libertando tempo mental para pensamento crítico e criativo. A investigação de Kasneci et al. (2023) documenta que estas ferramentas podem fortalecer competências essenciais como resolução de problemas e análise interpretativa. Complementarmente, a IA contribui para alargamento do acesso ao conhecimento, oferecendo assistência relevante para estudantes de contextos desfavorecidos. Mas investigação empírica revelou também padrões preocupantes de utilização de ferramentas de IA entre

estudantes do Ensino Superior e os autores Chan e Hu (2023) alertam que a utilização excessiva pode comprometer o desenvolvimento de competências críticas e pensamento independente. A autonomia intelectual, conceito nuclear da educação universitária, vê-se particularmente ameaçada quando estudantes dependem excessivamente de assistentes de IA para estruturar pensamento e formular questões. O problema grave da integridade académica agrava-se com a facilidade de produção de textos similares aos humanos, tornando o plágio mais fácil de cometer e difícil de detetar. Acosta-Enriquez et al. (2024) reafirmam que a integridade académica, definida como o compromisso com a honestidade, a justiça e a adesão a padrões éticos elevados, permanece mais essencial do que nunca. Contudo, a facilidade com que ferramentas de IA generativa podem produzir textos similares aos humanos criou um contexto onde o plágio se tornou simultânea mais fácil de cometer e mais difícil de detetar. Perante esta realidade incontornável, o imperativo coloca-se no desenvolvimento de programas sistemáticos de literacia em Inteligência Artificial. Singh et al. (2023) documentam que os próprios estudantes

reclamam por diretrizes mais claras. A literacia em IA deve abranger compreensão de como modelos de linguagem funcionam, identificação de alucinações e responsabilidade humana permanente sobre conteúdos utilizados. Montenegro-Rueda et al. (2023) enfatizam que formação docente é elemento crítico, pois educadores com literacia em IA podem orientar adequadamente estudantes. O conceito de inteligência híbrida, desenvolvido por Fan et al. (2024), propõe combinação estratégica de capacidades humanas e artificiais, onde IA complementa, não substitui, pensamento humano. Investigação experimental sugere que IA, quando bem utilizada, não compromete significativamente a motivação intrínseca de aprendizagem. O desafio coloca-se em integrar IA de forma consciente, ética e pedagogicamente fundamentada e como Kasneci et al. (2023) acertadamente afirmam, é fundamental estar consciente das limitações dos modelos de linguagem e utilizá-los unicamente como apoio à aprendizagem, nunca como substitutos para pensamento crítico ou fontes autorizadas. Este caminho do meio, embora exigente, é o único que honra tanto as possibilidades tecnológicas como a dignidade do trabalho académico.



JOSÉ MARTINO
Consultor em
Desenvolvimento
Territorial

Da participação cívica em Portugal

José Carlos Mota é professor auxiliar e investigador do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro, um académico e um dinamizador de movimentos e iniciativas cívicas. Autor do livro “A Participação Cívica em Portugal”, editado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos, 150.º livro da coleção Ensaios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, destinada ao conhecimento independente de autores portugueses sobre as mais variadas temáticas estruturais e da sociedade de Portugal, com o objetivo de formar massa crítica, promover o debate, capacitar os cidadãos para melhorar a democracia e o futuro coletivo nacional. A participação Cívica em Portugal é um livro de 124 páginas, com 7 capítulos: 1. Introdução; 2. O território e a sociedade como palcos e objetos da vida coletiva; 3. A história da participação cívica; 4. Conceitos, objetivos, potenciais e limites da participação cívica; 5. As tipologias, os requisitos e os mitos sobre a participação cívica; 6. Histórias sobre a participação cívica em Portugal; 7. Conclusões; Bibliografia e Agradecimentos. Para José Carlos Mota “A participação dos cidadãos pode assumir várias formas: política, associativa e cívica.” “Poderá definir-se como o conjunto de práticas desenvolvidas através do envolvimento em matérias de interesse coletivo, em prol do bem-estar individual e das comunidades, que visam influenciar determinado processo de tomada de decisão. É sobre

este tipo específico de ações de participação coletiva que o presente ensaio se debruça.” Para mim este tema da participação de cidadão é: política, sou militante de base de um partido político há mais de 30 anos, tendo como objetivo, perceber por dentro como se forma o poder e contribuir até onde seja possível, para melhorar a gestão política do meu país; associativa, estive na génese da APK – Associação Portuguesa de Kiwicultores (2004) e RefCast – Associação Portuguesa da Castanha (2008 a 2012); cívica, há 39 anos que organizo e participo em debates públicos, desde 2009 que alimento um blog (josemartino.blogspot.com) em que faço serviço público no sentido de esclarecer dúvidas dos meus leitores, envolvo-me na discussão pública dos temas das agriculturas de Portugal, desenvolvimento rural e territorial através de espaços digitais como Agrometings e Turismetings, e artigos que escrevo de forma regular, seja semanalmente neste espaço na Vida Económica, seja em jornais nacionais, Jornal de Notícias, Público, Observador, Jornal Económico, seja em meios de comunicação técnica, Agroportal, Voz do Campo, Gazeta Rural, etc. Exerço-o estudando os assuntos, temáticas abrangentes, polémicas, coligindo dados, apresentando-os e comunicando-os para serem entendidos pelos cidadãos, apresentando propostas concretas de ações a serem implementadas no sentido da defesa do superior interesse público dos portugueses.

Legal
E Imobiliário
GABINETE DE ADVOGADOS



MARIA DOS ANJOS GUERRA
ADVOGADA
marianjosguerra-3012p@adv.ao.pt

DIREITO DE USUFRUTO

Prédio misto

Em testamento, o meu pai deixou-me a raiz de um prédio misto, com parte rústica e uma casa, deixando o usufruto a uma senhora com quem casou em segundas núpcias depois de ter enviuvado da minha mãe, que não chegou a ser proprietária deste imóvel. Disseram-me que, enquanto a usufrutuária for viva, eu não poderei viver na casa nem retirar qualquer rendimento da parte rústica, que é composta essencialmente por árvores de fruto e vinha que produz várias pipas de vinho da região demarcada do Douro. O problema é que quem tratava de tudo era o meu pai, e a usufrutuária não percebe nada de agricultura, pelo que se limita a colher as uvas e os frutos das árvores que ainda produzem,

sem tratar delas convenientemente, razão pela qual há cada vez menos árvores e a vinha produz cada vez menos. Gostaria de saber até quando durará o referido usufruto e quem é que, entretanto, será responsável pelo pagamento das obras eventualmente necessárias e pelos impostos, designadamente pelo IMI. O usufruto consiste no direito de gozar temporariamente de uma coisa ou direito alheio, sem alterar a sua forma ou substância. De acordo com a noção de usufruto supra, a viúva do pai do leitor, enquanto usufrutuária, tem o direito de usar, fruir e administrar o imóvel, inclusive a casa

que aí existe, desde que respeite o seu fim económico. Caso se trate de usufruto vitalício, terá a duração da vida da usufrutuária. Caso não se trate de usufruto vitalício, extinguir-se-á logo que chegue o termo do prazo pelo qual o direito foi conferido. A administração do imóvel deverá ser feita como o faria um bom pai de família, isto é, zelando da melhor forma pelo bem em questão, designadamente realizando as obras de conservação que se tornem necessárias, não podendo ser prejudicada a normal rentabilidade do imóvel. Para o efeito, entendem-se por obras de conservação ordinária aquelas que, no ano em que forem necessárias, não excedam dois terços do rendimento líquido desse período de tempo.

Precisamente porque a usufrutuária, com a sua administração, não pode prejudicar a rentabilidade do imóvel, no que concerne ao usufruto de árvores de fruto ou da vinha, é obrigada a plantar tantos pés de videira ou tantas árvores de fruto quantos os que perecerem naturalmente. De referir que o usufrutuário se pode eximir das reparações ou despesas a que é obrigado, renunciando ao usufruto. No que respeita ao pagamento dos impostos, designadamente ao IMI, a lei estipula que o sujeito passivo é o usufrutuário, que, obviamente, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), pagará também o imposto relativo aos rendimentos provenientes do imóvel.

Governo cobra IMI a barragens, parques eólicos e centrais solares

O Governo está a desenvolver um projeto de lei com alterações ao Código do IMI. Refere que as barragens devem ficar sujeitas a este imposto. Também os parques eólicos e as centrais solares se enquadram no conceito de prédios comerciais industriais ou para serviços. Passarão a existir regras específicas para a determinação do valor patrimonial tributário e a responsabilidade pelo pagamento do imposto será da responsabilidade das empresas concessionárias.

Inflação homóloga cresce na Zona Euro

A taxa de inflação homóloga da Zona Euro cresceu para 2,2%, em setembro, interrompendo três meses consecutivos nos 2%, segundo dados do Eurostat. O gabinete estatístico indica uma taxa de 2,6% para a União Europeia. As taxas homólogas mais baixas tiveram lugar em Chipre (0%), França (1,1%), na Itália e na Grécia (ambos com 1,8%). Já as taxas mais elevadas ocorreram na Roménia (8,6%), na Estónia (5,3%), na Croácia e na Eslováquia (ambos com 4,6%).

Preços das casas com maior subida de sempre



Os preços das casas subiram 6,9% em termos trimestrais e 22,8% em termos homólogos, em setembro, ambas variações inéditas no histórico do Índice de Preços Residenciais da Confidencial Imobiliário, que acompanha a evolução deste mercado desde 1988.

O último ano tem sido especialmente intenso a nível da subida de preços das casas, acumulando uma série de fortes aumentos mensais, traduzidos agora em novos máximos de valorização de longo prazo. Desde janeiro deste ano que os preços registam subidas mensais na ordem dos 2%, trajetória confirmada em

Último ano tem sido intenso no aumento dos preços das casas

setembro, quando os valores de venda da habitação apresentaram um crescimento de 2,4%. A variação homóloga passou da casa dos 11% no final do ano passado para os atuais 22,8%. Esta é a primeira vez desde 1988 que os preços sobem mais que 22% no espaço de apenas um ano. A valorização homóloga mais elevada havia ocorrido em novembro de 1991, ao atingir 21,1%, sendo superada, pela primeira vez em mais de três décadas, em agosto deste ano, quando o indicador se posicionou em 21,6%. O mês de setembro consolida decisivamente novos patamares de preço, ao posicionar a taxa de variação homóloga próxima de inéditos 23%.

Em termos trimestrais, a variação de 6,9% é também um novo registo para o mercado português, que, especialmente ao longo dos últimos cinco anos, tem atingido por diversas vezes, variações da ordem dos 6% ao trimestre. Nos últimos cinco anos, os preços da habitação em Portugal subiram 97,4%).

Turismo volta a bater recordes e impulsiona economia portuguesa

O setor do turismo continua a ser um dos grandes motores da economia nacional. Segundo dados divulgados pelo Banco de Portugal, em agosto as exportações de viagens e turismo atingiram os 4,3 mil milhões de euros, superando em 180 milhões o valor registado no mesmo mês do ano passado. Este desempenho reforça o papel

Em agosto, verificou-se o melhor resultado de sempre

do turismo no excedente da balança de serviços, que continua em terreno positivo.

Contudo, também os portugueses viajaram mais para o estrangeiro, com as importações de serviços turísticos a subirem para 883,8 milhões de euros — o segundo valor mais elevado desde 1996. Apesar do dinamismo do setor, o saldo externo da economia nacional encolheu. Até agosto, o excedente externo fixou-se

em 5,7 mil milhões de euros, menos 1,6 mil milhões do que no período homólogo, devido ao agravamento do défice da balança de bens e ao aumento das contribuições financeiras para a União Europeia. Mesmo assim, os números confirmam que o turismo continua a ser o cartão de visita da economia portuguesa.

PUB

24 OUT
2025

DESCONTO
50%
ATÉ

VidaEconómica

Dia das Compras na NET

Só Hoje. Só Online.

24 HORAS DE PROMOÇÕES
ONLINE.

Só Hoje. Visite o nosso site
<https://www.grupovidaeconomica.pt/livraria-online>
ou digitalize o QR Code

POWERED BY

ac=pi ASSOCIAÇÃO ECONOMIA DIGITAL

ORGANIZAÇÃO:

.pt

"iniciativa promocional nos termos do regime jurídico do preço fixo do livro"

GOSTAVA DE NÃO TER RAZÃO

Orçamento de Estado: o triunfo da inércia



JANUS

O processo de apresentação, discussão e aprovação do Orçamento de Estado, em Portugal, tornou-se um ritual deprimente, que reflete a nossa debilidade política e cultural. Somos um país excessivamente dependente do Estado para existir e sobreviver, o que nos condena a um ciclo de mediocridade sem ambição, incapaz de gerar crescimento económico sustentado ou progresso cívico.

Vivemos numa democracia liberal e num suposto Estado de Direito, integrado no Ocidente desenvolvido, mas convivemos com uma máquina estatal que engole quase 50% do PIB, sustenta perto de 800 mil funcionários públicos e impõe uma das maiores cargas fiscais da Europa, penalizando sobretudo o trabalho assalariado. Um cidadão que ganha pouco mais de dois mil euros é tributado como se fosse rico, enquanto o mérito, o risco e o empreendedorismo são maltratados por um sistema fiscal que desincentiva a produção de riqueza. O Estado tornou-se um fim em si mesmo: pesado, extrativo, burocrático, desconfiado da iniciativa privada e obcecado com o nivelamento por baixo. Glorifica-se a modéstia como destino nacional, a pobreza como virtude e a hostilidade perante empresários e criadores de valor como se fossem suspeitos naturais. Num clima assim, o Orçamento anual deixa de ser um instrumento de futuro para se tornar um mecanismo de mera administração da escassez.

Durante o debate orçamental, repetimos o mesmo cenário: negociatas partidárias, contabilidade miudinha e discursos inflamados sem consequência. Procuramos prolongar um modelo falido, onde cada euro serve para manter o sistema à tona, e não para reformar o país. Um Orçamento que deveria mobilizar reformas transforma-se no contrário: um travão à mudança. O OE para 2026, aprovado ou não, simboliza mais uma oportunidade desperdiçada. É um documento que

não corrige problemas estruturais, não enfrenta o défice de competitividade e não cria bases para o crescimento. Vivemos à custa de fundos europeus, sem os quais já estaríamos novamente em défice e à beira de novo resgate. A nação acomoda-se a este marasmo com uma resignação inquietante, quase satisfeita por não ter de ambicionar nada. O século XXI vai avançando e Portugal permanece invisível, exausto e sem rumo.

ECONOMIA: O MODELO PERSISTE ERRADO

O modelo económico português continua estruturalmente errado, e os indicadores recentes mostram que estamos a agravar a direção errada. A economia tem crescido à boleia do consumo privado, e não das exportações ou do investimento, precisamente os pilares que deveriam sustentar um crescimento saudável e competitivo. Se o consumo supera persistentemente a capacidade produtiva, o resultado é inevitável: mais importações, menos poupança e maior défice externo. O Banco de Portugal prevê um crescimento na ordem dos 1,9%, mas esse alívio estatístico é enganador: o consumo das famílias, estimulado pelo crédito fácil, cria uma sensação artificial de dinamismo. Porém, um país que consome mais do que produz empobrece. Em simultâneo, o investimento público está em mínimos históricos, repetindo o erro dos governos anteriores: usar fundos europeus para pagar despesa corrente do Estado, em vez de modernizar o país.

Perpetua-se assim um modelo que protege o status quo, adia reformas e alimenta a ilusão do “oásis português”. Falta visão estratégica, política económica e ambição. O Ministério da Economia atua sobretudo como gestor de fundos europeus, sem objetivos claros de competitividade, reindustrialização, aposta tecnológica ou aumento da produtividade. O Governo vangloria-se dizendo que convergiremos com a média europeia em 20 anos, como se duas décadas de estagnação fossem aceitáveis.

Sem mudanças estruturais — na fiscalidade, na justiça económica, na regulação e na administração pública — Portugal continuará a assistir ao mesmo ciclo: crescimento anémico, baixa produtividade, salários estagnados e dependência externa. Tal como em 2011, arriscamo-nos a esperar que sejam outros, lá fora, a impor-nos as reformas que não tivemos coragem de fazer. A cigarra volta a cantar, esquecendo que o inverno chega sempre.

PS: A FALTA DE CORAGEM PARA ROMPER COM O RADICALISMO

O Partido Socialista permanece preso à herança ideológica radical que abraçou durante a “geringonça”, afastando-se do seu eleitorado moderado e reformista. Em vez de recentrar o partido, Costa e depois Pedro Nuno Santos alimentaram uma deriva identitária e maximalista, cedendo agendas à esquerda radical, que contaminou o discurso do PS e estreitou a sua base de apoio.

José Luís Carneiro parecia representar a oportunidade de corrigir esse rumo, mas a sua liderança revela-se confusa, envergonhada e sem direção. Continua a hesitar perante o legado ideológico que deveria romper, mostrando incapacidade para oferecer um projeto alternativo, moderado, europeu e pragmático. A insistência numa política de imigração descontrolada é o exemplo mais evidente dessa cegueira — um erro político e social que o próprio eleitorado já rejeitou nas urnas.

A discussão em torno da burka tornou-se simbólica: num país ocidental e liberal, a igualdade de género e a integração cultural não podem ser relativizadas em nome de um multiculturalismo ingénuo que já falhou em toda a Europa. A integração deve ser exigente, clara e coerente: quem vem viver para Portugal deve adaptar-se aos valores do país e não o contrário. Não se trata de xenofobia; trata-se de proteger a identidade cultural e a segurança da comunidade nacional.

É lamentável que tenha sido o CHEGA — e não os partidos tradicionais — a marcar este debate e a impor o tema, revelando a cobardia política do PS, que prefere manter erros para não enfrentar dogmas internos. Um partido que quer governar Portugal não pode ser refém de minorias ideológicas contra o senso comum do seu próprio eleitorado.

NOBEL DA PAZ: TRUMP ATÉ MERECE MAIS QUE OUTROS

Donald Trump, movido em grande parte pela vaidade, reclama para si o Prémio Nobel da Paz. A ideia choca muitos, mas se formos intelectualmente honestos, verificamos que, nos últimos anos, nenhum líder político fez tanto para aproximar posições no Médio Oriente. Os Acordos Abraão e a relativa estabilização de alguns dossiês regionais ocorreram com Trump e não com Obama, Biden ou a anterior administração democrata.

A guerra desencadeada após o ataque



O Banco de Portugal prevê um crescimento na ordem dos 1,9%, mas esse alívio estatístico é enganador: o consumo das famílias, estimulado pelo crédito fácil, cria uma sensação artificial de dinamismo



do Hamas, em outubro de 2023, demonstrou como a paz naquela região é frágil. Mas também evidenciou um facto: as maiores atrocidades e os maiores bloqueios diplomáticos surgiram sempre em períodos liderados por administrações democratas, que oscilaram entre a indecisão e o erro estratégico — da tragédia de Benghazi à humilhante retirada do Afeganistão.

Os republicanos, historicamente, projetaram mais força e, paradoxalmente, mais estabilidade na política externa norte-americana, sendo Trump apenas o exemplo mais recente. Quanto à Ucrânia, o desfecho permanece em aberto, mas é provável que Trump, percebendo que Putin não deseja paz, reforce o apoio militar a Kiev. Aqui a paz só surgirá pela força; a Rússia não reconhece outra linguagem.

Se tantos laureados receberam o Nobel sem mérito evidente, não seria escandaloso que Trump, com resultados diplomáticos concretos, o recebesse. Mais do que o prémio, importa, contudo, que a paz — verdadeira e duradoura — se concretize.

LAPIDAR

“Infelizmente ainda não nos organizámos como País e como Povo à medida da exiguidade e pobreza da nossa terra e da grandeza e dignidade da nossa gente...”

— Francisco Sá Carneiro



EXPERIMENTE UMA NOVA FORMA DE FINANCIAR O CRESCIMENTO E O FUTURO DA SUA EMPRESA.

- ✓ Simples e sem burocracias
- ✓ Aprovação em 48 horas
- ✓ Condições competitivas



Financiamento sujeito a análise. A Raize é uma plataforma de financiamento colaborativo por empréstimo autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal e pela CMVM.





Seguros do seu sucesso

Sim a tudo.

Não vos parece bem?

A solução mais completa para a sua empresa contra os riscos de não pagamento.

Master Ouro Integral

Oferecemos-lhe a cobertura mais ampla e os melhores serviços,
com um especialista no seu negócio sempre ao seu lado.

800 204 205 | **cesceportugal.com**

Ligue-nos



Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación, S.A. Compañía de Seguros y Reaseguros (SME) – Sucursal em Portugal (Cesce) | Avenida Duque d'Ávila, 46 – 1.º A, 1050-083 Lisboa | NIPC 980265843 | Capital afeto de €9.200.000 | Código 1159 de registo na ASF, para o exercício em Portugal da sua atividade seguradora no ramo "Não Vida" - Crédito e Caução, representação permanente da sociedade Compañía Española de Seguros de Crédito a la Exportación, S.A. Compañía de Seguros y Reaseguros (SME). A presente informação tem natureza publicitária e não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida, não constituindo uma proposta contratual.

Ócio & Negócios

O Estado e a arte de taxar quem já está de joelhos

No Orçamento do Estado para 2026, o Governo decidiu ressuscitar a tributação autónoma agravada para empresas com prejuízos. Em bom português: se a sua empresa estiver a dar lucro, paga imposto; se estiver a dar prejuízo... paga mais. É uma espécie de ginástica fiscal inversa — quanto mais fraco estiver, mais peso lhe põem em cima.

A medida é apresentada como “justiça tributária”, mas soa mais a “vingança fiscal”. O Estado parece aquele pessoal da assistência que, quando o carro avaria, em vez de ajudar a empurrar, cobra portagem adicional pelo uso da faixa de emergência.

As empresas pequenas, que já vivem a fazer malabarismos entre fornecedores, clientes e a conta da luz, olham para o fisco e per-



guntam: “Querem que tenhamos lucro ou remorso?”

No fim, o Governo sai sempre a ganhar — nem precisa de gerir bem as contas, porque há sempre

alguém a falir a tempo de contribuir. O slogan ideal para 2026 talvez fosse: “Portugal — o único país onde até quem perde continua a pagar para jogar.”

Os Ruis e a teoria do Porto relativo

A política portuguesa acaba de provar a sua vocação para o surrealismo. Rui Rio, antigo presidente do PSD, é mandatário de Gouveia e Melo, o candidato rival. E Luís Marques Mendes, candidato do PSD, escolheu Rui Moreira, o independente, como mandatário da candidatura social-democrata. É o equivalente político de um jogo de futebol em que o árbitro marca golos e o ponta-de-lança apita faltas.

Ambos os Ruis são economistas e ex-presidentes da Câmara do Porto — o que prova que o Porto não é só “tripeiro”, é também um viveiro de mandatários para todas as estações ideológicas. No fundo, trocar de lado tornou-se o novo fado da Invicta.

Rui Rio apoia quem o PSD não quer, Rui Moreira apoia o PSD que diz ser independente.



O eleitor, confuso, só quer saber se há desconto para quem votar nos dois.

No fim, talvez o segredo seja simples: no Porto, ser manda-

tário não é um cargo — é uma vocação, quase como o bacalhau à Gomes de Sá: dá para todos os partidos, desde que seja bem temperado.

Ensino Superior: cada vez menos tugas, cada vez mais turistas

As universidades portuguesas estão a viver um fenómeno curioso: cada vez menos estudantes nacionais e cada vez mais estrangeiros. Já há faculdades onde se ouve mais “hello” e “bonjour” do que “ó stor, posso entregar na segunda?”. A culpa, dizem, é da demografia — há menos jovens. Mas também pode ser porque muitos já perceberam que o mestrado só serve para decorar a parede entre o diploma do 12.º e o espelho do IKEA.

Enquanto os portugueses fogem do ensino superior como quem foge da fila das Finanças, os estrangeiros chegam cheios de entusiasmo: “Wow, sunshine, cheap beer and ECTS!” O Ministério da Educação chama-lhe “internacionalização”; os senhores



chamam-lhe “renda a 800 euros por quarto”.

Com este ritmo, em 2030, o ensino superior português vai parecer a ONU: cada curso com 12 nacionalidades e um portu-

guês no fundo da sala a pensar: “Como é que isto aconteceu?” Mas há esperança — talvez os estrangeiros fiquem por cá, abram startups e nos ensinem como ganhar dinheiro com um diploma.

O triângulo das derrotas misteriosas

O futebol português entrou oficialmente na era do paradoxo. José Mourinho foi despedido do Fenerbahçe por ter perdido contra o Benfica. Logo depois, Bruno Lage foi despedido... por ter ganho a Mourinho. E, num final digno de um argumento do Christopher Nolan, o Benfica decide apostar em Mourinho — o treinador que perdeu para o treinador que foi despedido por o ter vencido.

Confuso? É normal.

O raciocínio encarnado parece ser simples: se o Bruno Lage ganha ao Mourinho e é despedido, então o Mourinho é claramente o homem certo. No futebol português, a lógica é como o VAR — existe, mas raramente é clara.

Mourinho regressou, portanto,



como o “filho pródigo”, pronto para transformar derrotas em discursos motivacionais e empates em gestas históricas. O Benfica sonha com títulos, os adeptos sonham com conferências de imprensa explosivas, e Bruno Lage sonha com férias.

Moral da história? No futebol, perder pode ser o melhor currículo. Basta perder com estilo.

Adrian Bridge e Juan Carlos Escotet: do check-in ao check-mate

Durante anos, Juan Carlos Escotet, presidente do Abanca, foi o hóspede mais fiel do Yeatman. Ficava meses seguidos, tão habituado que já devia ter o comando da televisão em nome próprio. Mas um dia, entre um cálice de Porto e outro, teve uma ideia: “E se eu abrisse o meu próprio hotel?”

Dito e feito — nasceu o Kopke Hotel. Um projeto tão exclusivo que, segundo dizem, alguns empregados foram convidados diretamente do lobby do Yeatman. Há quem chame a isso recrutamento seletivo; outros preferem “check-out com futuro”.

Mas não sabemos se aqueles que saíram, seduzidos, vão tentar voltar depois ao Yetmen, arrependidos.



Para Adrian Bridge, dono do Yeatman, foi um golpe duro: perder o melhor cliente e ainda parte da equipa deve doer mais do que um vinho mal decantado. Mas sejamos justos — poucos negócios nascem com tanta coerência. Juan Carlos Escotet passou de hóspede a hoteleiro com a mesma naturalidade com que muda de garrafa.

Em Gaia, o turismo é como o vinho — quanto mais velho, mais rivalidades fermentadas.

Economia portuguesa: agora também em modo pausa

A economia portuguesa estagnou pela terceira semana consecutiva. O Banco de Portugal confirmou o que todos já suspeitávamos: o país está parado, mas com muita dignidade. Não é crise, não é recessão — é apenas uma estagnação com postura.

O famoso indicador diário de atividade económica mede coisas sérias: tráfego de camiões, consumo de eletricidade, gás e até as compras com cartão. Basicamente, tudo o que prova que o português médio continua a circular, mas sem grande entusiasmo — tipo segunda-feira de manhã.

Os analistas garantem que é uma “estabilização temporária”. Tradução: ninguém sabe bem o que se passa, mas parece mal dizer “o país está de pernas para o ar”. É a versão económica do “estamos a gerir”.



Ainda assim, há boas notícias: o consumo de café mantém-se firme e as raspadinhas continuam a ser o investimento mais popular. Há quem diga que é este o verdadeiro milagre económico português — conseguir não crescer e ainda assim ter fila na pastelaria.

Portugal não parou. Está só a respirar fundo. Três semanas seguidas.

Ócio & Negócios

Almoçar depressa para sair mais cedo: a nova dieta laboral

O Governo quer introduzir a jornada contínua no setor privado, o que, traduzido do “governês”, significa: coma rápido e vá embora antes do trânsito. A ideia é simples — trocar a hora de almoço por uma corrida contra o relógio, em nome da produtividade e da digestão eficiente.

Inspirada na Função Pública, onde já há quem almoce com o cronómetro na mão, a medida promete revolucionar o mundo laboral: adeus pausa de uma hora, olá sandes de atum entre reuniões. A ministra do Trabalho garante que é uma “pequena alteração”, o que, no léxico político, costuma significar grandes mudanças para quem trabalha e pequenas para quem decide.

Os sindicatos dividem-se: uns dizem que é bom sair mais cedo, outros lembram que o estômago também tem direitos. Do lado dos patrões, há quem veja vantagem — afinal, menos tempo a almoçar, mais tempo a faturar.

No fim, todos concordam numa coisa: a jornada contínua pode até melhorar o equilíbrio entre vida e trabalho — desde que ninguém se engasgue a tentar conciliá-los em meia hora.

A conta da saúde (e o recibo da paciência)

Em Portugal, cuidar da saúde continua a ser um exercício de resistência — física, emocional e, sobretudo, financeira. O SNS promete cobertura universal, mas muitos portugueses descobrem que a universalidade termina na sala de espera. Quando o médico não está disponível, a carteira está: e lá vai mais uma consulta privada, paga com cartão e resignação.

Segundo o Eurostat, as famílias portuguesas estão entre as que mais pagam do próprio bolso em saúde na União Europeia. Por cada 100 euros gastos, quase 30 saem diretamente do orçamento doméstico — e sem direito a anestesia. Diz-se que o riso é o melhor remédio, talvez porque ainda é dos poucos gratuitos.

Enquanto o norte da Europa trata uma constipação com eficiência pública, o sul combate listas de espera com aspirina e fé. Em Portugal, a saúde é universal... desde que o cidadão esteja disposto a financiá-la duas vezes: uma nos impostos, outra no multibanco.

No fim, o recibo serve de diagnóstico: a febre pode baixar, mas o saldo bancário continua em estado crítico.

Governo vai pôr ordem nas taxinhas (ou pelo menos tentar...)

O Governo anunciou que vai rever as “taxas e taxinhas” da Administração Pública. É oficial: o país inteiro suspirou — uns de esperança, outros de riso nervoso. Afinal, em Portugal, há taxas até para respirar fundo num edifício público.

A nova proposta promete “simplificação”. Traduzindo: em vez de cem diplomas diferentes, passaremos a ter um diploma com cem anexos. Mas atenção, será tudo “mais acessível” — sobretudo para quem tiver um mestrado em burocracia aplicada.

A comissão responsável já apresentou o relatório. Dizem que está

“em análise”, o que em linguagem administrativa significa que repousa tranquilamente numa gaveta desde 2024.

Entretanto, preparam-se também mudanças no IVA e nos impostos sobre bebidas e carros. Ou seja, vamos simplificar a forma como nos complicam a vida.

Mas há esperança: segundo o Governo, tudo isto vai “reforçar a confiança dos cidadãos”. E quem somos nós para duvidar? Afinal, se há coisa em que os portugueses confiam, é que quando o Estado promete menos taxas... vem aí uma nova.



PUB

MINUTAS E FORMULÁRIOS

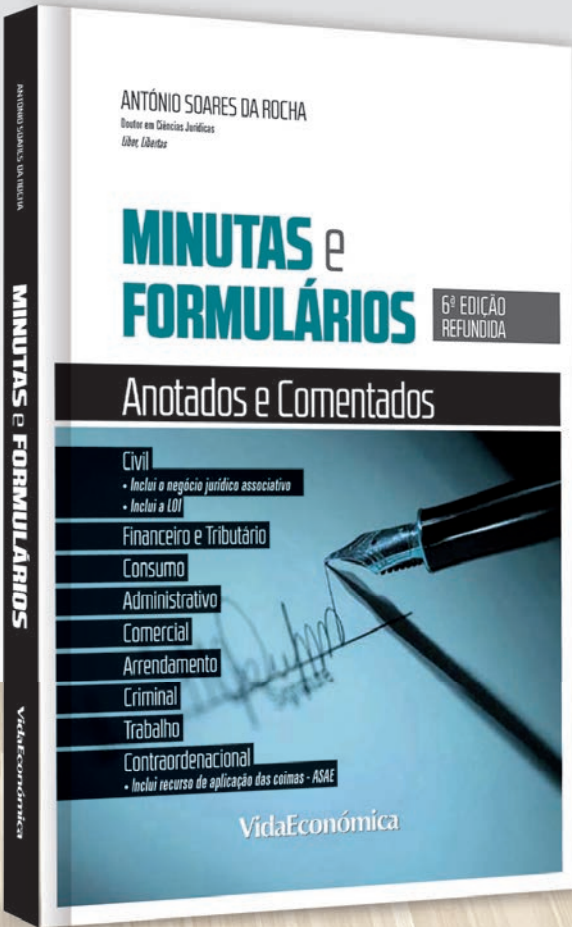
6ª edição refundida

ANOTADOS E COMENTADOS

Esta 6ª edição refundida, faculta um conjunto de ferramentas que permitem assegurar de forma mais eficiente a garantia da defesa dos direitos, bem como o cumprimento de obrigações ou deveres contratuais que decorrem da vida em sociedade.

Edição prática que trata das seguintes áreas:

- Civil (inclui o Negócio Associativo)
- Trabalho
- Comercial
- Arrendamento
- Financeiro e Tributário
- Consumo
- Administrativo
- Criminal
- Contraordenacional (Inclui recurso de aplicação das coimas - ASAE)



Autor: António Soares da Rocha

Páginas: 464

Preço: €22

COMPRE JÁ!

VidaEconómica

R. Gonçalo Cristóvão,
14, r/c • 4000-263 PORTO

<https://www.grupovidaeconomica.pt/livraria-online>

encomendas@grupovidaeconomica.pt

223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional)

CUPÃO ENCOMENDA

(recortar ou fotocopiar)

Nome _____ N° Contribuinte [] [] [] [] [] [] [] [] [] []

Morada _____

C. Postal [] [] [] [] - [] [] [] [] E-mail _____

☐ Solicito o envio do livro **MINUTAS E FORMULÁRIOS - 6ª EDIÇÃO***

☐ Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 45313889113 05 (é necessário enviar comprovativo)

☐ Para o efeito envio cheque/vale nº _____, s/ o _____, no valor de € [] [] [] [] [] []

☐ Solicito envio de referência de multibanco para o email _____

☐ Solicito o envio à cobrança. (Acresem 5€ para despesas de cobrança).

ASSINATURA _____

* Acrescem portes de envio de 3,50€ em encomendas inferiores a 30€.

☐ Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A.. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: <http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade>.



ATUALIDADE

Finsolutia lança plataforma Habic

A Finsolutia, empresa tecnológica especializada em soluções de crédito habitação e ativos imobiliários, apresentou oficialmente o Habic, a sua nova plataforma que permite aos intermediários de crédito gerir, automatizar e acelerar todo o processo de crédito à habitação, desde o primeiro contacto até à escritura. A plataforma Habic combina inteligência artificial, automação e integração bancária em tempo real, conectando intermediários, bancos e clientes num único ecossistema digital.

Grupo CTS investe em Viana do Castelo

O grupo CTS anunciou o lançamento do seu maior e mais avançado campus de produção tecnológica em Viana do Castelo. Esta unidade foi concebida para funcionar como o centro de produção europeu do grupo, um polo multifuncional onde serão produzidos módulos de energia elétrica, quadros elétricos, pré-fabricados e componentes de montagem modular. Esta diversificação garante uma cadeia de abastecimento robusta e integrada e permitirá a criação de cerca de 500 postos de trabalho.

PAULA ARANTES, ADMINISTRADORA DO GRUPO COMBITUR, AFIRMA

“Inovação e sustentabilidade são hoje imperativos do setor da construção”

“A construção é um setor tradicional, mas tem de se adaptar à evolução tecnológica e à consciência ambiental”, afirma Paula Arantes, administradora do Grupo Combitur, em entrevista à “Vida Económica”. Com mais de cinco décadas de atividade, a empresa tem sabido reinventar-se num setor em constante transformação, apostando na inovação, na formação das equipas e na digitalização dos processos. Entre as obras recentes, destaca-se a execução de um projeto com certificação LEED e outra de referência arquitetónica para o setor vinícola e turístico, ambas exigentes em prazos e padrões de qualidade.

Vida Económica – A Combitur tem mais de três décadas de presença no setor da construção. Como descrevem a evolução do mercado e de que forma a empresa tem ajustado a sua estratégia para responder a novos desafios?

Paula Arantes – Na verdade, a Combitur tem mais de cinco décadas de presença no setor da construção. Este setor é sempre tido como um setor tradicional — que o é —, mas um dos grandes desafios dos últimos anos tem sido adaptar essa realidade à também real evolução tecnológica e a uma maior consciência do impacto ambiental e energético. Apostámos na inovação, na formação das equipas e na adoção de novas metodologias e ferramentas digitais, que nos permitem planejar e gerir projetos com maior rigor e eficiência. O facto de deter empresas de vários ramos, como a metalomecânica e os alumínio, também nos permite responder de forma eficiente a um dos principais desafios da construção: o cumprimento de prazos perante a escassez de equipas.

VE – A construção enfrenta hoje exigências crescentes em termos de sus-



Para Paula Arantes, o desafio passa por conciliar a tradição com a modernidade e por responder às novas exigências de sustentabilidade e eficiência.

tentabilidade. Que soluções e práticas inovadoras a empresa tem implementado para garantir obras mais eficientes e ambientalmente responsáveis?

PA – A eficiência e a responsabilidade ambiental são hoje fatores incontornáveis na construção, e na Combitur temos procurado integrar esses princípios em todas as fases dos nossos projetos.

Quando temos oportunidade de intervir na fase de conceção, investimos em materiais sustentáveis e em soluções construtivas que promovem a eficiência energética — desde o isolamento térmico e acústico até à utilização de sistemas passivos que melhoram o conforto e reduzem o consumo.

Outro eixo fundamental é a gestão eficiente dos recursos. Implementámos práticas de economia circular, com reaproveitamento de resíduos de obra e otimização de processos logísticos, o que nos permite minimizar o impacto ambiental e controlar custos de forma mais eficaz.

VE – Quais têm sido os projetos mais emblemáticos da empresa e de que forma refletem a identidade e a capacidade

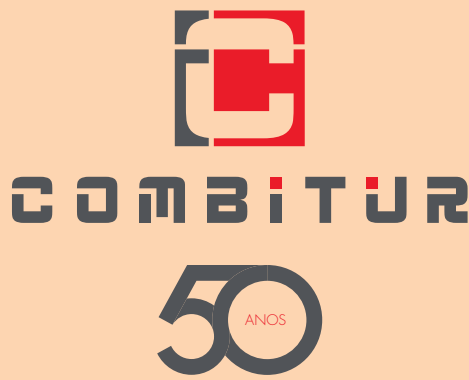
técnica da Combitur?

PA – Recentemente, executámos uma obra para uma empresa internacional com exigências precisamente no âmbito da sustentabilidade, tendo de obter certificação LEED, o que requer novas premissas, quer no plano prático, quer no documental. Estamos também a executar uma obra de referência em termos de arquitetura, toda em betão à vista, que será destinada ao setor vinícola e turístico.

Diria que os prazos de execução que nos são exigidos — mais do que o tema “obra emblemática” — e o facto de conseguirmos sempre cumprilos, mesmo em obras tão exigentes como as de retalho alimentar, são o que melhor reflete a nossa capacidade técnica.

VE – Quais são, atualmente, os maiores desafios que a construção civil enfrenta em Portugal e que oportunidades a Combitur identifica para crescer no setor?

PA – O setor da construção em Portugal vive um momento de grande dinamismo, mas também de enormes desafios. Um dos mais evidentes é a escassez de mão de obra qualificada, que afeta toda a cadeia



produtiva e exige um esforço conjunto das empresas e das entidades formativas para atrair e capacitar novos profissionais.

Outro desafio é a pressão dos custos — tanto de materiais como de energia —, que se tem agravado nos últimos anos e obriga as empresas a serem mais eficientes e rigorosas na gestão de recursos. A burocracia nos processos de licenciamento continua igualmente a ser um entrave à agilidade e à competitividade do setor.

A nossa prioridade é continuar a crescer de forma sólida e sustentável, reforçando a confiança dos clientes e contribuindo ativamente para o desenvolvimento do setor em Portugal. Para isso, temos apostado na diferenciação do tipo de obras que executamos, voltando a entrar na área da habitação e da hotelaria e abraçando a transição digital como forma de organização eficiente.

VE – Como imaginam a empresa nos próximos anos e quais os principais eixos de crescimento que estão já a ser preparados?

PA – Encaramos o futuro com confiança e sentido de responsabilidade. Acreditamos que os próximos anos serão decisivos para consolidar uma nova fase de crescimento sustentado, assente em três grandes eixos: inovação, sustentabilidade e expansão estratégica.

Pretendemos consolidar a nossa presença em segmentos de mercado onde temos fortes competências — como a reabilitação, a construção industrial e logística e o retalho — e explorar novas oportunidades.

Acima de tudo, queremos manter o que sempre foi a base da Combitur: a confiança, a solidez e a qualidade. O setor continuará a mudar, mas acreditamos que, com uma equipa experiente, visão estratégica e compromisso com a excelência, estaremos preparados para construir um futuro ainda mais forte.

CBRE apoia Nex Tyres na centralização das operações logísticas em Portugal

A CBRE assessorou a Nex Tyres e a Ecologis na negociação e ocupação de um armazém de mais 16 mil m² na Plataforma Logística de Pousos. A operação permite à Nex Tyres satisfazer as suas necessidades de expansão em Portugal, ao mesmo tempo que centraliza a sua atividade logística num único espaço.

Foundever cria 230 postos de trabalho

A Foundever vai abrir 230 novas vagas de emprego em Portugal até ao final do ano, para reforçar as equipas dos escritórios de Lisboa e Porto. As novas posições são para funções de apoio ao cliente em língua portuguesa, destinadas a projetos internacionais nas áreas do turismo (alojamento e aviação) e das plataformas digitais, dois setores em forte crescimento. A empresa conta com cerca de 150 mil colaboradores em todo o mundo.



ANTÓNIO TENREIRO BAPTISTA
Economista

Variável esquecida, inflação invisível

Existe uma nova realidade no cenário macroeconómico, realidade esta que tem passado despercebida ao grande público — “shortflation”.

Também conhecida como “shrinkflation”, esta prática consiste em reduzir a quantidade ou o tamanho de um produto mantendo o mesmo preço, resultando num custo maior para o consumidor.

Embora não seja exatamente nova, a "shortflation" tem ganhado força na Europa nos últimos anos, impulsionada por uma combinação de fatores:

Inflação elevada

Com os preços gerais em alta, os produtores procuram manter as suas margens de lucro sem assustar o consumidor com aumentos visíveis.

Altos custos de produção

O aumento do preço das matérias-primas, do transporte e da energia leva as empresas a cortar discretamente onde podem.

Sensibilidade do consumidor

Muitos consumidores reagem mal a aumentos diretos, mas nem sempre percebem uma embalagem mais pequena.

Concorrência e regulamentações

Em mercados altamente competitivos, manter o preço aparentemente estável pode ser uma vantagem estratégica. Ora, a consequência é um efeito silencioso, mas cumulativo, sobre o bolso

do consumidor. Paga-se o mesmo (ou, às vezes, até mais) por menos produto. Dado que a maioria dos indicadores de inflação, como o Índice de Preços no Consumidor (IPC), avalia apenas os preços nominais, a “shortflation” muitas vezes não aparece nas estatísticas.

Exemplos emblemáticos

O fenômeno tem exemplos notórios. Em 2016, no Reino Unido, a barra de Toblerone ganhou espaços maiores entre os picos, reduzindo em 10% a quantidade de chocolate. A Kellogg's, por sua vez, modificou as latas de Pringles na Austrália entre 2010 e 2020: os tubos ficaram mais pequenos, com o peso líquido reduzido de 165 g para 134 g. Além disso, os consumidores notaram

mudanças no sabor e no tamanho das chips, tudo isto acompanhado de aumento de preços.

Inflação que não se vê

O grande problema é que, por afetar o volume e não necessariamente o valor nominal, a “shortflation” escapa ao radar dos índices tradicionais. Como muitos indicadores são baseados no preço por unidade (e não por grama ou litro), essa “inflação oculta” fica fora das análises estatísticas.

Em tempos de instabilidade econômica e aumento de custos, a “shortflation” torna-se uma variável crítica — mas frequentemente esquecida — nas discussões sobre o verdadeiro impacto da inflação no dia a dia das famílias.

PUB

1º CONGRESSO DOS EMPRESÁRIOS FELGUEIRAS

A Indústria e o
Comércio de
Felgueiras —
Desafios e Novas
Oportunidades

Organização



Associação Empresarial de Felgueiras

Apoio



31 outubro → 15h
Quinta do Esporão, Sendim

↓ Oradores

 António M. Cunha CCDR-n	 Luís Miguel AEP	 João Vieira Lopes CCP	 Carlos Tavares ACEC
 Oscar Afonso FEP	 Gonçalo Regalado Banco Português de Fomento	 Telmo Pinto CIM-TS	



Apoios oficiais

Parceiros Media









NEGÓCIOS E EMPRESAS

HÉLÈNE FARNAUD-DEFROMONT, EMBAIXADORA DE FRANÇA, DESTACA NOS TROFÉUS LUSO-FRANCESES

“França e Portugal partilham uma visão de futuro centrada na inovação e na sustentabilidade”

A Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa (CCILF) entregou os Troféus Luso-Franceses 2025, numa cerimónia que destacou o papel das empresas na consolidação das relações económicas entre os dois países. França é o terceiro parceiro comercial de Portugal e o segundo investidor estrangeiro no país, com mais de 700 empresas francesas instaladas e 60 mil em-

pregos diretos. A sessão decorreu no SUD em Lisboa e contou com a presença de mais de 300 convidados, entre representantes diplomáticos e empresariais. Na abertura, a embaixadora de França, Hélène Farnaud-Defromont, realçou a importância das relações económicas bilaterais: “França e Portugal partilham muito

ARAC alerta: nova lei ameaça turismo da Madeira

A ARAC alertou que a revisão do regime de rent-a-car na Madeira ameaça o turismo e a mobilidade regional. A associação pediu uma audição urgente à Assembleia Legislativa, considerando as novas regras desproporcionadas e penalizadoras. Contesta exigências como parques privados, quotas de elétricos sem rede suficiente e a criação de uma taxa sem base legal.



“Competitividade e solidariedade devem andar de mãos dadas”, afirmou Hélène Farnaud-Defromont.

mais do que uma amizade histórica — partilham uma confiança recíproca, uma ambição comum e uma visão de futuro centrada na inovação e na sustentabilidade.”

A diplomata destacou ainda o contributo das empresas para o crescimento económico:

“As empresas franco-portuguesas são hoje motores de transformação. Estão na linha da frente da transição ecológica, da digitalização e da criação de emprego qualificado.”

Os Troféus Luso-Franceses, atribuídos em categorias como Inovação, Exportação, Desenvolvimento Sustentável e Investimento, reconheceram projetos que fortalecem a presença económica francesa em Portugal e o papel de empresas portuguesas em França.

Hélène Farnaud-Defromont sublinhou também o valor estratégico da parceria num contexto europeu exigente:

“Num mundo em rápida mudança, a nossa força vem da cooperação. A França e Portugal demonstram que a competitividade pode andar de mãos dadas com a solidariedade e com o desenvolvimento sustentável.”

Encerrando a cerimónia, a embaixadora referiu que as relações entre os dois países “vão além da economia”, sublinhando que “a relação luso-francesa é uma história de confiança e de futuro”.

A iniciativa da CCILF reafirma o papel das empresas como atores centrais da cooperação económica europeia, num contexto em que as trocas comerciais entre Portugal e França ultrapassam os 12 mil milhões

Empresas distinguidas:

TROFÉU
INVESTIMENTO:
RENOVA



Marca portuguesa de produtos de higiene e limpeza, destacando-se no setor do papel tissue.

TROFÉU MARCA
FRANCESA
ANDROS



Empresa familiar francesa do setor alimentar.

TROFÉU INOVAÇÃO:
CM MEDICAL



Empresa francesa especializada no desenvolvimento de soluções de esterilização e manutenção de instrumentos médicos.

TROFÉU
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL:
AUCHAN



Empresa francesa de grande distribuição.

TROFÉU
EXPORTAÇÃO:
STEELGÁLVA



Empresa portuguesa especializada em construções metálicas e serralharias.

TROFÉU STARTUP:
GRANTER



Agente de IA que ajuda empresas a encontrar, preparar e gerir candidaturas a fundos europeus.

TROFÉU DE HONRA
atribuído à EQUIPA DA
CCILF

A equipa da CCILF trabalha todos os dias ao serviço dos seus Membros, apoiando e ligando empresas portuguesas e francesas para facilitar o comércio e o desenvolvimento económico bilateral.



Os prémios foram entregues por Fabrice Lachize, presidente da CCILF,

Portugal com terceiro maior excedente da Zona Euro

Portugal registou um excedente orçamental de 1,9% do PIB no segundo trimestre, o que significou o terceiro lugar do maior saldo positivo entre os países da Zona Euro. Os estados da região da moeda única tiveram um défice orçamental de 2,5% do PIB no período em análise, sendo que Portugal foi dos poucos em que o saldo das contas públicas se situou em terreno positivo. Com um excedente superior surgem apenas a Grécia (3,2%) e a Letónia (2,3%).

AIP “chumba” proposta fiscal do OE2026

A Associação Industrial Portuguesa considera que o OE 2026 mantém uma fraca aposta nas empresas, num contexto de incerteza e custos elevados. Valoriza a redução do IRC para 19% e a taxa de 15% para PME, mas critica o agravamento das tributações autónomas, o fim de incentivos ao I&D e o aumento do ISP, defendendo mais medidas para estimular o investimento e a competitividade.



Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa (CCILF) entregou os Troféus Luso-Franceses 2025.

de euros anuais, impulsionadas pela inovação, exportação e investimento cruzado.

Troféus Luso-Franceses 2025 distinguem empresas pelo contributo às relações económicas entre Portugal e França

Os prémios foram entregues por Fabrice Lachize, presidente da CCILF, e Maria Carmona, membro do Conselho de Administração, com a presença da embaixadora de França em Portugal, Hélène Farnaud-Defromont, do vice-presidente da CIP, Jorge Henriques, e do presidente da CCI Paris Île-de-France, Dominique Restino.

Os Troféus Luso-Franceses são organizados anualmente para destacar empresas que fortalecem a cooperação económica entre Portugal e França. A iniciativa contou com o apoio de várias empresas parceiras, entre as quais STEF, Victoria Seguros, Rubis Energia, TotalEnergies, Renault Group, novobanco, French Tech Lisbon, E.Leclerc, Longchamp, Les Créateurs d'Émotions Group, Expat.com, Mauboussin Portugal e Vida Económica.

A CCILF que promove há mais de três décadas as relações económicas, comerciais e culturais entre Portugal e França, apoiando empresas nos seus projetos de cooperação bilateral.



A sessão decorreu no SUD em Lisboa e contou com a presença de mais de 300 convidados.

RITA SERRABULHO, CEO DA THINKING HEADS, AFIRMA

“Portugal é atualmente um dos maiores hubs de eventos internacionais”



“Os oradores portugueses são imensamente requisitados para fóruns internacionais”, Rita Serrabulho, CEO da Thinking Heads,

DORA TRONÇÃO
agenda@grupovidaeconomica.pt

A AMP Associates, consultora portuguesa líder em comunicação internacional, e a Thinking Heads, consultora global especializada em posicionamento e influência de organizações e líderes, lançaram oficialmente a Thinking Heads Speakers Business em Portugal, num evento realizado em Oeiras, com a presença da Vida Económica. O ponto alto foi a mesa-redonda “O poder do conhecimento numa nova ordem mundial”, que reuniu Paulo Portas, Guta Moura Guedes e Álvaro Belez.

“Portugal é atualmente um dos maiores hubs de eventos internacionais”, afirmou Rita Serrabulho, CEO da Thinking Heads Portugal, sublinhando a importância estratégica da presença nacional da empresa, que opera também a partir de Madrid, Miami e Seul. A consultora trabalha com uma rede global de mais de 5.000 personalidades, representando milhares de oradores — nacionais e internacionais — em regime de exclusividade. Atualmente, os mais procurados são os especialistas em Inteligência Artificial, Política Internacional, Defesa e oradores motivacionais.

A operação portuguesa, ativa desde maio, tem vindo a introduzir mensalmente novos oradores no mercado nacional, acompanhando as tendências do contexto sociopolítico global. Segundo Rita Serrabulho, 2025 está “acima das expectativas”, embora seja “um ano de consolidação e estruturação”.

A gestora realça que “este é um negócio com o propósito de dar voz ao talento nacional”, explicando que a seleção de oradores é rigorosa, baseada em três pilares: conhecimento especializado, influência nos mercados e valor acrescentado comprovado. “A Thinking Heads Portugal, em alinhamento com a rede global, aposta em profissionais capazes de usar a sua experiência e conhecimento para gerar impacto real, dentro e fora do país.”

Serrabulho destaca ainda que “os oradores portugueses são muito requisitados em fó-

runs internacionais” e acredita que a presença da marca em Portugal “vai acelerar significativamente essa procura”. Sublinha também que, num momento de grande transformação tecnológica, “a necessidade de especialistas capazes de distinguir o verdadeiro do falso será cada vez mais determinante para as organizações”.

Com mais de 20 anos de experiência internacional, a Thinking Heads chega a Portugal com o apoio estratégico da AMP Associates. Para Rita Serrabulho, “este lançamento é um marco para o setor, porque facilita o acesso a personalidades e ao conhecimento que representam, num momento em que a partilha de ideias e inspiração é essencial ao progresso das empresas e da sociedade”.

Daniel Romero-Abreu, presidente e fundador da Thinking Heads, reforçou “o compromisso com a melhoria contínua e a expansão da rede de talento”, destacando que “a entrada em Portugal permitirá ampliar o impacto positivo da organização em novos mercados”. Já Iván Abanades, partner e diretor da área de Speakers Business, salientou que a iniciativa “vai aproximar empresas, instituições e universidades portuguesas da comunidade global de especialistas, promovendo a troca de conhecimento e enriquecendo o diálogo público nacional”.

O evento de lançamento contou com uma mesa-redonda dedicada ao tema “O poder do conhecimento numa nova ordem mundial”. Paulo Portas alertou para “o risco de entrarmos numa era em que a distinção entre a verdade e a mentira se esbate”, defendendo que “a cultura é o verdadeiro antídoto contra a brutalização do debate público”. Álvaro Belez destacou “a velocidade a que a ciência está a evoluir” e afirmou que “Portugal tem condições para ser uma ponte global, estratégica e não periférica”. Guta Moura Guedes lembrou que “a cultura é a base para o encontro e o entendimento numa das fases mais complexas da história”, acrescentando que “a mudança sistémica é possível através da evolução e da colaboração”.

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Securitas Direct passa a Verisure

A Securitas Direct iniciou um novo capítulo da sua história em Portugal. Após mais de 20 anos de presença no país, a empresa adota oficialmente o nome Verisure, alinhando-se à identidade global do grupo a que pertence desde a sua fundação. Esta mudança representa uma evolução estratégica que unifica a marca a nível global. “A transição para o nome Verisure em Portugal dá continuidade à experiência e ao conhecimento consolidados nos 17 países onde o grupo está presente.

Resialentejo investe oito milhões na modernização

A Resialentejo vai investir oito milhões de euros para modernizar e reconverter as suas unidades de triagem de recicláveis. O projeto conta com o apoio do Alentejo 2030 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Este último programa vai contribuir com 5,8 milhões de euros. Com este plano pretende-se também reforçar a capacidade de processamento das infraestruturas de triagem da empresa.

GONÇALO REGALADO, CEO DO BANCO PORTUGUÊS DE FOMENTO, NO ICPT

“Garantias do Banco de Fomento impactam até 2,3% no PIB”

VÍTOR NORINHA
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

O Banco Português de Fomento (BPF) está a reforçar o seu papel como motor de investimento e garante da economia nacional. Durante um almoço-debate no International Club of Portugal (ICPT), o seu CEO, Gonçalo Regalado, destacou que as garantias e instrumentos financeiros do banco já representam até 2,3% do PIB, com a meta de alcançar 3% até 2026.

Segundo o gestor, o BPF mobiliza atualmente cerca de sete mil milhões de euros em garantias, capital e fundos de investimento, mas ainda “fica na cauda da Europa”. A ambição é atingir 10 mil milhões de euros em instrumentos financeiros, apoiar mais de 25 mil empresas e continuar a crescer em 2027. “Portugal ainda não tem um verdadeiro braço armado para o investimento, como acontece na Alemanha, França ou Espanha”, afirmou.

Entre as prioridades do banco está o reforço de capital e o aumento do impacto direto na economia. Gonçalo Regalado revelou também uma aposta estratégica na Inteligência Artificial, com um novo instrumento que poderá conceder até 75% de incentivos a fundo perdido para PME e grandes empresas, num máximo de 300 mil euros por



“Portugal ainda não tem um verdadeiro braço armado para o investimento, como acontece na Alemanha, França ou Espanha”, afirmou Gonçalo Regalado.

projeto. Espera-se que os valores sejam ampliados com a revisão do PRR.

O CEO defendeu igualmente a necessidade de canalizar fundos para o tecido empresarial e para investimentos públicos estruturantes, como saúde, água e mobilidade. Sublinhou ainda o trabalho do BPF

como parceiro da banca comercial, responsável por emitir garantias e desenvolver instrumentos financeiros para apoiar o crédito e o investimento.

Entre os resultados do último ano, destacou a fusão das sociedades de garantia mútua na nova Fomento Garantia e a integração da seguradora de crédito à exportação portuguesa (COSEC). O BPF apoiou ainda projetos emblemáticos, como o primeiro carro elétrico da Autoeuropa, o financiamento do TGV e uma gigafactory de IA com a Microsoft e a Nscale.

Com parcerias internacionais e mais de 50 projetos estratégicos em curso, o BPF reforça a sua presença no investimento estrangeiro, abrindo corredores no Médio Oriente, Ásia e Américas, consolidando-se como um verdadeiro instrumento de fomento económico para Portugal.

“BPF mobiliza atualmente cerca de sete mil milhões de euros em garantias, capital e fundos de investimento”

APAVT prepara congresso em Macau

A Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo (APAVT) revelou o programa oficial do seu 50.º Congresso, que decorrerá em Macau, de 1 a 5 de dezembro de 2025, sob o lema “Encontro com o Futuro”. O evento celebra meio século de congressos APAVT e contará com mais de 800 congressistas de Portugal, China e

outros mercados internacionais. A sessão de abertura terá intervenções de Pedro Costa Ferreira, Francisco Calheiros, Pedro Machado e Anton Tai Kin Ip, destacando o simbolismo de Macau como ponto de encontro entre culturas e economias.

O programa inclui debates sobre inteligência artificial, políticas

públicas, inovação e gestão de risco, com oradores como Sérgio Ferreira, José Luís Arnaut, Miguel Relvas e Sebastião Bugalho. O congresso encerra com a produção “The House of Dancing Waters”, marcando um evento histórico que reforça o papel da APAVT como voz estratégica do turismo português.

Nova SBE promove debate sobre o futuro digital do Serviço Nacional de Saúde

A Nova SBE, através do Health Economics & Management Knowledge Center (NHM), organiza no dia 27 de outubro o evento “IA@SNS – Desafios e Oportunidades para o Serviço Nacional de Saúde”, que decor-

re no Campus de Carcavelos. O encontro pretende refletir sobre o papel transformador da Inteligência Artificial no SNS e debater as oportunidades e desafios da sua integração no sistema público de saúde. A

sessão de abertura conta com a presença de Francisco Rocha Gonçalves, da Secretaria de Estado da Gestão da Saúde, e com intervenções de André Peralta Santos (DGS) e Pedro Pita Barros (Nova SBE).



JOSÉ COUTO
Presidente da AFIA

Formação Contínua: O Motor Invisível da Competitividade

A União Europeia enfrenta problemas complexos e de afirmação da sua economia, o que embora não sendo novo, foi apresentado como uma realidade que afetará o posicionamento competitivo da Europa. O relatório Draghi surpreendeu os mais incautos líderes e agentes económicos europeus e fez soar o alarme da incapacidade para a manutenção das desafiantes propostas que a economia europeia enfrenta. Não podemos esquecer que a Comissão Europeia definiu para este mandato um quadro de propostas que se propõem como fundamentais para recuperar o atraso competitivo relativamente aos seus concorrentes – Bússola para a Competitividade –, contudo parece ser vítima da teia de procedimentos e de uma burocracia entediante para a atividade produtiva. A baixa produtividade da Europa é uma limitação severa que tem que ser enfrentada com um conjunto de políticas à escala comunitária e uma nova estratégia industrial, que deve ser instaurada com a velocidade adequada. A União Europeia tem que vencer a inércia e a forma lenta como encara os problemas. Da análise da Comissão Europeia, um dos setores de atividade que ressalta como preocupação pela exposição competitiva é o automóvel, que emprega mais de 13 milhões de pessoas na Europa, com uma importância na manutenção de outras atividades, sendo de assinalar os efeitos de arrastamento de práticas de desenvolvimento tecnológico e de Investigação & Desenvolvimento, contribuindo com 7% para o PIB da União Europeia. Portugal tem vindo a afirmar-se como um dos países de referência na indústria automóvel a nível internacional. Com produção moderna, fortemente exportadora e bem integrada nas cadeias de valor europeias, o setor tem vindo a destacar-se cada vez mais. Mas, num cenário global, com os difíceis desafios atuais e altamente competitivo — onde outros países, recém-chegados, apresentam, ainda, custos laborais mais baixos ou maior capacidade de investimento em tecnologia — manter esta posição de destaque exige mais do que boas infraestruturas e apoios financeiros. Exige, também, pessoas qualificadas e preparadas para ultrapassar os desafios da revolução tecnológica e das competências certas. É nesse sentido, que a formação

contínua deve ser encarada como um investimento estratégico para o futuro do setor, e não como um custo. Só através da valorização e atualização das competências dos nossos profissionais conseguiremos manter padrões elevados de produtividade, qualidade e inovação, elementos essenciais para continuarmos a competir ao mais alto nível. Hoje, a indústria automóvel vive uma transformação profunda. A eletrificação, a digitalização, a automação e a sustentabilidade deixaram de ser tendências — são já o dia-a-dia das empresas. Ignorar esta realidade é arriscar ficar para trás. A indústria portuguesa tem demonstrado uma grande capacidade de adaptação, mas tem que estar um passo à frente. Esta é a altura certa, como referem todos os relatórios apresentados à Indústria Automóvel — intensificar a formação em todos os níveis das estruturas e anteciparmos o reforço das competências individuais. A AFIA (Associação de Fabricantes da Indústria Automóvel), em colaboração com o CINFU (Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição) vêm responder a estas necessidades e apresentar novos programas de formação especializada, ajustados às reais necessidades das empresas e dos seus profissionais. Áreas como Gestão de Projetos, Qualidade, Manutenção, Logística, Transformação Digital e Melhoria Contínua, têm que sofrer atualizações, porque são consideradas vitais para garantir competitividade, produtividade e sustentabilidade, neste novo contexto internacional. O futuro da indústria portuguesa dependerá da nossa capacidade de antecipar desafios e formar profissionais preparados para liderar a mudança. E, sem dúvida, que a formação segmentada e adaptada à realidade das empresas é a chave para que Portugal continue a ser um player relevante nas cadeias de valor internacionais. A Indústria de Componentes para Automóveis passará por mudanças estruturais fundamentais na próxima década, pressionada por um novo ambiente de mercado. Mas a competitividade será o denominador comum para a resistência entre os melhores. É tempo de apostar, com convicção, na qualificação das pessoas. Só com equipas preparadas e qualificadas estaremos prontos para continuar a acelerar rumo ao futuro.

FELICIDADE, TALENTO E
PRODUTIVIDADE



SÉRGIO ALMEIDA
Fundador do Seal Group

As Quatro Estações: Como Liderar em Cada Fase da Transformação Organizacional

Assim como as estações do ano, as organizações passam por ciclos de evolução que exigem estilos de liderança distintos. Reconhecer em que fase a empresa se encontra é essencial para adotar as estratégias adequadas, garantindo crescimento, inovação e sustentabilidade, sobretudo numa altura em que a Inteligência Artificial está a revolucionar a vida das pessoas e organizações.

Primavera: Inovação e Crescimento

A primavera representa o início ou renovação, pode significar o momento em que surgem novas ideias, produtos ou mercados. Nesta fase recomenda-se uma liderança visionária e inspiradora, incentivando a experimentação, assente na oportunidade de implementar a inovação tecnológica, explorando a expansão de mercados e o desenvolvimento de produtos e serviços. Claro que também acarreta riscos de dispersão de recursos e falta de foco estratégico. Como exemplo temos a startup XYZ adotou metodologias ágeis e ciclos curtos de desenvolvimento, aumentando a base de clientes em 50% no primeiro ano, sendo certo que empresas com culturas de inovação têm 30% mais probabilidade de crescimento sustentável de acordo com a Harvard Business Review, num estudo de 2025.

Verão: Expansão e Consolidação

O verão organizacional marca o crescimento acelerado e expansão das operações, nesta fase a liderança recomendada deve assentar na estratégia e disciplina, focando a eficiência operacional

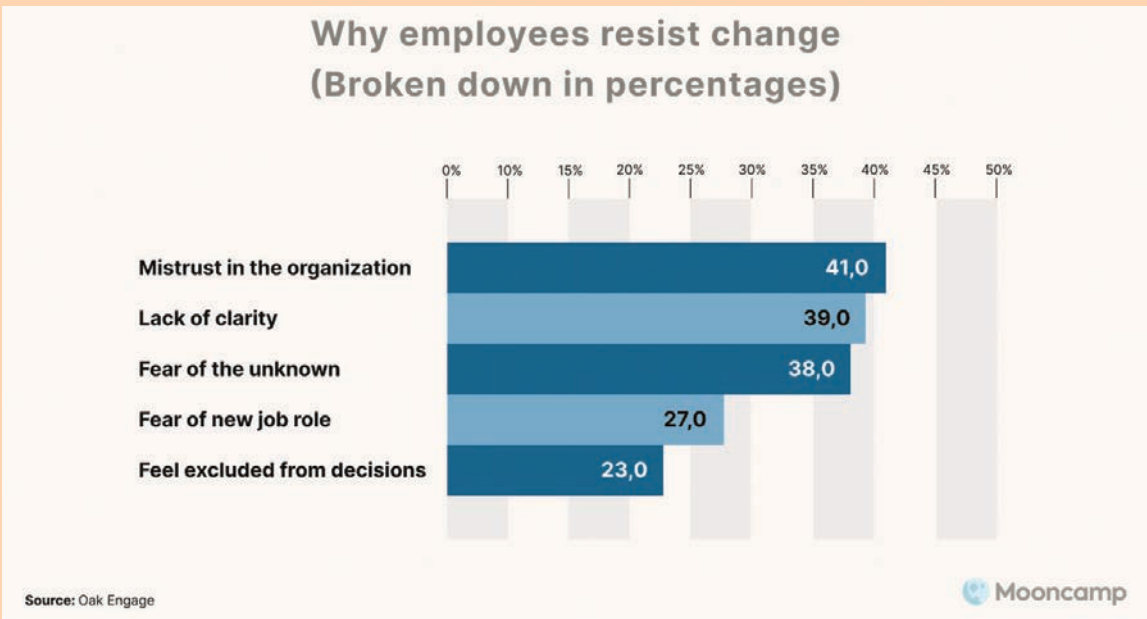


Imagem: cipi

e a boa gestão de recursos. Esta é uma fase crítica que se não for acautelada pode acarretar os riscos de cansaço e até burnout das equipas devido sobrecarga operacional. Como exemplo temos a conhecida televisão americana ABC (American Broadcasting Company) implementou programas de liderança e gestão de performance, reduzindo a rotatividade em 15%, mantendo a produtividade elevada e sustentando a sua expansão e consolidação.

Outono: Maturidade e Sustentabilidade

O outono representa a maturidade organizacional, a importância de manter a relevância e a eficiência, alinhando pessoas, processos e resultados. Precisamos duma liderança resiliente, promovendo inovação incremental e otimização de pro-



Fonte: Oak Engage

cessos, com uma abordagem sustentável e integradora. A Mckinsey num dos seus estudos apresenta como conclusão que

empresas sustentáveis têm 20% mais possibilidades de superar crises económicas e vencer no mercado.

estão: a desconfiança na organização (41%), falta de clareza (39%), medo do desconhecido (38%), medo duma mudança de função (27%) e sentirem-se excluídos das decisões (23%).

Inverno: Renovação e Transformação

O inverno ocorre em períodos de estagnação ou declínio, exigindo renovação estratégica, tal como na natureza, podemos enfrentar nesta fase verdadeiras “tempestades”. A liderança deve ser transformacional, promovendo a mudança cultural e a possível reestruturação. Mas sabemos que a mudança cultural tem muitas resistências por parte dos colaboradores. De acordo com a Oak Engage entre as principais razões

Conclusão

Cada fase exige líderes adaptáveis, capazes de ajustar estratégias, cultura e tecnologia conforme o ciclo organizacional. Empresas que compreendem suas estações e alinham liderança, inovação e desenvolvimento humano conseguem maximizar produtividade, compromisso e sustentabilidade, preparando-se para prosperar em qualquer cenário económico e competitivo.

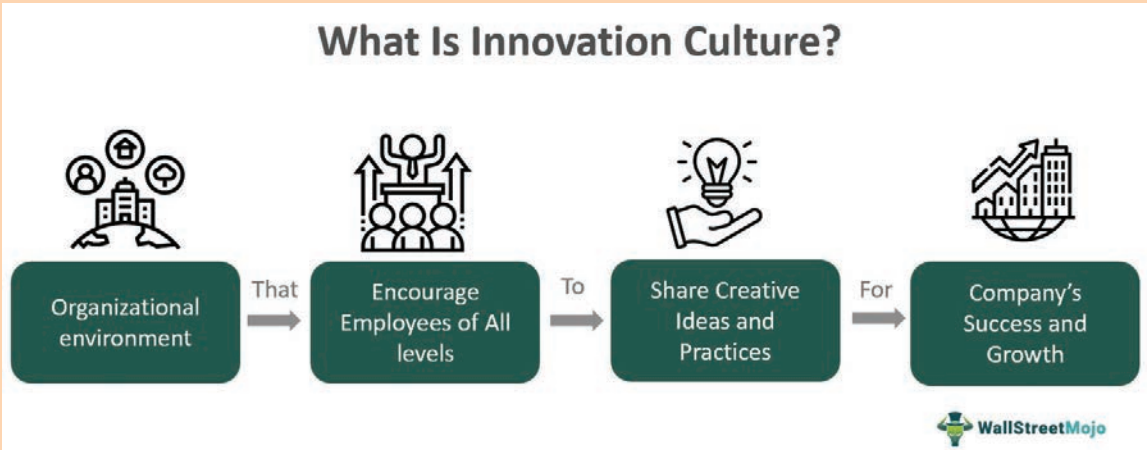


Imagem: Wall Street Mojo

NEGÓCIOS E EMPRESAS

MARINA LLEDÓ ACARRETA, ADVISOR DA BRIDGEWHAT, AFIRMA

“Sem liderança não há evolução”

“Sem liderança coerente, nenhuma organização evolui.” A convicção é de Marina Lledó Acarreta, advisor da Bridgewater, que defende que o crescimento sustentável exige cultura alinhada, estratégia clara e equipas preparadas. Em entrevista à “Vida Económica”, explica como ajuda empresas a transformar-se e a escalar com sucesso.

Vida Económica – Em que funções assumiu responsabilidades na sua vida profissional?

Marina Lledó Acarreta – As funções têm sido diversas, sempre no âmbito da gestão interna, transformação e eficiência, desenvolvimento de liderança e criação de cultura corporativa. Entre as mais relevantes, destaco mais de nove anos a criar, desde o zero, a função corporativa de projetos estratégicos numa empresa do Ibex 35, com filiais em diferentes países e com necessidade de mudança e criação de modelos de gestão modernos.

Saliento o modelo e a transformação da liderança, a sucessão e gestão de carreiras, a gestão do desempenho, a criação de uma Universidade Corporativa, o processo de digitalização e a definição da estratégia, canais e conteúdos de comunicação interna.

Além desta etapa ao nível da corporação, assumi também a responsabilidade pela direção de áreas de gestão interna (setor da saúde, filial com 200 colaboradores), incluindo Governance, Sustentabilidade, Compliance, Pessoas, Digitalização, Serviços Partilhados, Qualidade e Marketing e Comunicação.

Por isso, possuo uma visão integrada sobre como otimizar e transformar as empresas rumo a um modelo de excelência e sucesso.

VE – Quais foram as que mais a marcaram?

MLA – Ver os resultados em produtividade e no envolvimento das equipas, uma vez implementados planos que reforçam uma liderança sustentável e coerente.

VE – Em que geografias trabalhou?



“A Bridgewater proporciona colaborações de qualidade, focadas e orientadas para resultados — e, consequentemente, para o crescimento efetivo das empresas”, afirma Marina Lledó Acarreta.

Dê exemplos de lições aprendidas em algumas delas.

MLA – Trabalhei na América do Sul, especialmente no Chile e no Brasil, e também na Europa, em projetos conjuntos com vários países (Reino Unido, Alemanha) e diretamente a liderar projetos em Itália, França e Portugal.

Lições aprendidas: não é assim tão óbvio que, por serem países vizinhos (por exemplo, Espanha e Portugal), abordemos os temas da mesma forma. E, acima de tudo, é essencial ter curiosidade, ser aberta e procurar compreender a equipa a partir do seu ponto de vista, para poder ajudá-la de forma mais eficaz.

VE – Quais são os principais setores que marcaram a sua carreira? Mencione algumas particularidades de alguns deles.

MLA – O setor das Telecomunicações e Infraestruturas e o setor da Saúde.

Muito distintos nos seus princípios, nos ritmos ou ciclos de produto e, consequentemente, na cultura e nas formas de gestão.

VE – Em que áreas se vê a ajudar as

empresas atualmente?

MLA – Em empresas que tenham crescido rapidamente e necessitem de se transformar para continuar a ser eficazes e tornar os processos escaláveis.

Empresas que precisem de repensar a sua estratégia para crescer. Também em empresas que enfrentem desafios ao nível da cultura (atualizar ou transformar a mentalidade dos trabalhadores e das equipas de direção) e da liderança.

Isto pode acontecer ao nível de consultoria individual em projetos ou participando em conselhos consultivos, onde se explore e decida como fazer evoluir a empresa.

VE – Forneça exemplos de desafios típicos nestas áreas.

MLA – Por exemplo, empresas que precisem de refletir acompanhadas, que queiram alguém que as ajude a pensar sobre desafios futuros e o talento necessário para os alcançar.

Empresas onde o proprietário ou CEO tenha uma visão clara e precise reforçar uma cultura que lhe permita avançar com passo firme nessa direção.

“Liderar bem é o primeiro passo para fazer uma empresa crescer”

VE – Quais considera que são as principais barreiras ao crescimento que muitas empresas enfrentam? Ofereça algumas sugestões para as ultrapassar.

MLA – Por vezes, existe falta de perspetiva ou falta de alinhamento entre o Conselho de Administração ou o Comité de Direção quanto a uma visão partilhada da empresa, o que dificulta uma boa tomada de decisão.

Acredito também que, em certas ocasiões — especialmente em empresas e com dirigentes que estão na organização há muitos anos e conhecem profundamente o negócio —, é necessária uma voz externa que traga outra perspetiva e coloque perguntas, talvez básicas, mas poderosas, que os levem a repensar a forma de trabalhar e de se orientarem para o sucesso.

VE – Como pode o projeto Bridgewater ajudar as empresas a crescer?

MLA – A Bridgewater oferece às empresas consultores de primeiro nível, com ampla experiência e sucessos comprovados, sem necessidade de recorrer a processos de consultoria dispendiosos e muitas vezes superficiais.

Permite também que se trabalhe ao ritmo da própria empresa, e não necessariamente ao ritmo da consultoria.

Desta forma, proporciona colaborações de qualidade, focadas e orientadas para resultados — e, consequentemente, para o crescimento efetivo das empresas.

VE – Que características tornam o projeto diferenciador?

MLA – A flexibilidade e a diversidade de experiências e conhecimentos dos seus advisors.



PUB

Acelere o crescimento do seu negócio com a Bridgewater!

A Bridgewater é uma **plataforma digital** que permite às empresas aceder a advisors prestigiados em todo o mundo.

Os Advisors da Bridgewater, **ex-CXO's de empresas de prestígio**, ajudam as organizações a aproveitar oportunidades ou resolver desafios em cinco eixos de intervenção: **Geografias, Setores, Especialização Funcional, Use Cases** e as **20 Alavancas de Crescimento da Bridgewater**.

Contacte-nos através de www.bridgewater.com



Discover Austria 2025 promove laços económicos e turísticos entre Portugal e Áustria

Lisboa e Porto tornaram-se, em outubro, o epicentro das relações económicas e turísticas entre Portugal e a Áustria. O Discover Austria 2025 reuniu empresas, vinhos e cultura num evento que celebrou o crescimento recorde do turismo austríaco e abriu novas portas para negócios bilaterais.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

Nos dias 15 e 16 de outubro, Lisboa e Porto receberam o Travel and Trade Workshop Discover Austria 2025, um encontro que reforçou as relações económicas e turísticas entre Portugal e a Áustria. O evento, organizado pelo Advantage Austria Portugal — departamento comercial da Embaixada



O Travel and Trade Workshop Discover Austria 2025 reuniu, no restaurante Maus Hábitos, no Porto, operadores turísticos portugueses e 10 empresas austríacas do setor.

da Áustria — em parceria com o Turismo da Áustria, reuniu operadores turísticos portugueses e 10 empresas austríacas do setor, com o objetivo de fomentar parcerias e apresentar novas oportunidades de negócio e turismo entre os dois países.

Crescimento económico e turístico em destaque

A Áustria, com os seus 9,2 milhões de habitantes, continua a afirmar-se como um destino de excelência no turismo europeu, destacando-se pela diversidade de oferta, que vai desde o esqui e o ciclismo de montanha até à gastronomia e aos vinhos de renome. Segundo dados recentes, o número de dormidas de turistas portugueses na Áustria cresceu 10,4% nos primeiros oito meses de 2025, atingindo 133 500 pernoitas. Já as chegadas aumentaram 11,4%, totalizando 48 300 visitantes. Estes números refletem o interesse crescente dos portugueses pelo destino, sustentado pela melhoria das ligações aéreas e pela atratividade cultural do país alpino.

Com voos diretos operados pela Austrian Airlines, TAP, Ryanair e Eurowings, é hoje possível viajar de Lisboa, Porto e, sazonalmente, de Faro para Viena, além das ligações para Munique ou Zurique, que facilitam o

acesso ao oeste austríaco. A agência Abreu reforça essa oferta com um charter especial para Salzburgo, no final de novembro.

Empresas e produtos que promovem a cultura austríaca

O workshop incluiu provas de vinhos e gastronomia, destacando o Vinho Gobelsburg e Muhr-Niepoort, símbolos da cooperação entre Portugal e Áustria. A experiência foi enriquecida pela doçaria típica do restaurante Kaffeehaus, em Lisboa, e do Donau – Austrian Culinary Culture, no Porto, que apresentaram aos participantes o emblemático bolo Sacher e outras iguarias vienenses.

O evento contou ainda com o apoio de empresas como a Niepoort, que, além de referência nacional no setor vinícola, distribui em Portugal alguns dos mais conceituados vinhos austríacos — entre eles Grüner Veltliner, Blaufränkisch e Riesling —, reforçando o intercâmbio cultural e comercial entre ambos os países.

O Grupo Lufthansa, através da Austrian Airlines, desempenha igualmente um papel crucial na ligação aérea e económica entre as duas nações, tendo aumentado recentemente a frequência de voos entre o Porto e Viena, reflexo da elevada procura.



Um dos vinhos austríacos representados pela Niepoort em Portugal.

Nova app da Coopérnico quer acelerar comunidades de energia

A Coopérnico lançou a aplicação “Coopérnico Comunidades”, uma ferramenta gratuita e bilingue que promete simplificar a criação de Comunidades de Energia Renovável em Portugal. A apresentação decorre a 30 de outubro, no Museu de Lisboa — Palácio Pimenta, e pretende dar um novo impulso à participação dos cidadãos na transição energética.

A nova app aproxima moradores da mesma zona geográfica com interesse em produzir, partilhar e consumir energia limpa, permitindo criar grupos locais e beneficiar do apoio téc-

nico da cooperativa em todas as fases do processo. “Muitos cidadãos querem participar, mas consideram o processo demasiado complexo. Esta aplicação foi desenvolvida para ultrapassar essa barreira”, afirma Ana Rita Antunes, diretora executiva da Coopérnico.

A ferramenta possibilita aderir a comunidades já existentes, trocar mensagens entre membros, planejar projetos e desenvolver iniciativas conjuntas de eficiência energética. A app estará disponível para download gratuito na Google Play e na App Store, a partir de 30 de outubro.



CLÁUDIA CAROCHA
Diretora de Inovação e
Projetos do BCSD Portugal

Diversidade, Equidade e Inclusão: um imperativo estratégico para um futuro sustentável

Num contexto global instável e marcado por crises económicas, sociais e ambientais, as políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) são mais do que uma opção ética: são um investimento estratégico. Pessoas felizes fazem equipas felizes — e equipas felizes são mais produtivas, inovadoras e resilientes. Valorizar o capital humano é cuidar do futuro coletivo. É, por isso, preocupante assistir ao retrocesso de empresas de referência como a Google, a Meta ou a McDonald's, que estão a reduzir os seus programas de DEI. Essas decisões, muitas vezes motivadas por pressões políticas ou pela ilusão de reduzir custos a curto prazo, comprometem a inovação e a competitividade a longo prazo. Vários especialistas alertam: abandonar estas políticas deve ser visto como um sinal de governança frágil e de visão limitada.

Mesmo sob tensões políticas — como a ordem executiva de Donald Trump para eliminar programas de DEI nos EUA —, a aposta em estratégias inclusivas continua a ser essencial e diferenciadora. A União Europeia reforça esta visão com diretivas estruturais, como a promoção do equilíbrio entre vida profissional e pessoal, ou a Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030. Também em Portugal existe legislação que promove a igualdade de género e a integração de pessoas com deficiência, incluindo medidas de combate à discriminação e quotas em órgãos de administração. O BCSD Portugal, consciente desta urgência, lançou no Dia da Sustentabilidade a iniciativa (im)Pacto Pelas Pessoas, que apoia as empresas na integração de práticas de DEI nas suas estratégias. Um estudo realizado em parceria com a EY, em 2023, identificou fragilidades no tecido empresarial português: sub-representação feminina em cargos de liderança e salários mais baixos, maior vulnerabilidade laboral das mulheres em regimes de tempo parcial e défice de conhecimento interno sobre políticas inclusivas. A iniciativa propõe compromissos concretos, ajustados à maturidade de cada empresa, com foco em três eixos: diversidade geracional, igualdade de género e inclusão de pessoas com deficiência.

Mas por que razão a DEI deve estar no centro da agenda empresarial? Porque vai muito além do cumprimento da lei. Empresas inclusivas transformam desafios sociais em motores de crescimento, criam soluções inovadoras, adaptam-se melhor ao mercado e atraem talento qualificado, reduzindo custos com rotatividade. Ao mesmo tempo, reforçam a confiança dos consumidores e a reputação no mercado. Num mundo interligado, onde desigualdades, alterações climáticas e crises humanitárias se cruzam, investir em DEI é construir resiliência coletiva. É justiça social, mas também é competitividade. É melhor para as empresas, para os trabalhadores, para os consumidores e para a sociedade. Retroceder nesta matéria é comprometer o futuro. Apostar em DEI é transformá-lo — mais justo, inclusivo e sustentável.

VIAGENS NA MINHA TERRA

O que vou comer?

Regresso ao Loko

Estava a lembrar-me do “outla vez alloz” com que o chinês se queixava do destino (para mim celestial) de lhe estar destinada a universalidade do arroz. A mim, sei que me estão destinados a Foz e o mar e, por isso, por vezes, a minha geografia encurta-se para alguns, bons, regressos.

Voltei ao Loko numa altura em que o tempo já convida menos, na esperança de que a convocatória do mar fosse mais leve. Mas não — os amigos, e que amigos!, logo o Luís e o Miguel, e aquela vitrine sobre o Atlântico ali a brincar connosco, dispensavam outros aprumos gastronómicos.

Que os houve. No pão de boa catadura que nos veio à mesa, com os grissinos, as emulsões de manteiga e umas azeitonas bem curtidas.

E depois o tártaro — que tártaro! Forte como deve ser, com o ácido puxado e as tostas de pão a quebrar a prometida explosão de novilho, apresentado candidamente com aquelas bonitas flores que se deixam comer.

Depois, uma opípara costela mendinha,



bem feita no forno, com batata nova com casca a juntar-se à assadura e um feijão-verde que cortava — ou pedia — aquela benfazeja gordura. Tudo concertado para uma degustação serena, na conversa mole de bons amigos que se confortam no calor das memórias e dos tempos.

Na lista havia um pouco de tudo: entradas convenientes, como o queijo de cabra ou os carpaccios diversos. Na substância, a pronúncia italiana com os risotos (o de cogumelos tem história), as massas e as pizzas. Mas, no conforto, deixemo-nos ir por um costeletão à séria, ou um arroz de chocos e gambas, ou ainda uma belíssima açorda de gambas e bacalhau.

O Loko foi estimulado por gente que sabe desta poda — e que esteve na origem do Pimms e do Tram, que dispensam apresentações.

O serviço é amável. A decoração, elegante (de quem já cá anda), recria um bistrot de praia descomprometido, mas com o toque de leveza e aprumo que lhe fica tão bem.



Os vinhos são demasiado caros, a mostrar que, no Porto, já se evoluiu para esta linha que não ajuda à tradição de moderação no bem-receber de um burgo vinícola



como o nosso. Mas a garrafeira é equilibrada e abrangente, e bebemos um alvarinho que foi bem com tudo o que comemos (até com a gordura da costela mendinha!).

E depois — depois há aquela arquitetura que nos vem do exterior e que, com sol ou com chuva, nos entenece e envolve nos mistérios daquele mar sereno ou agitado.

Confesso que passámos as sobremesas — certamente a condizer com a harmonia do espaço — para ficarmos, já cá fora, a gozar os aromas do bom café português e o fragor daquele mar que nos envolve e encanta.

Prometemos um mergulho próximo e um regresso que também justifica que não se torne demorado. Uma vénia à velha Foz e aos seus muitos encantos!



REGIA DOURO PARK

Agrifiba aposta na sustentabilidade e inovação para valorizar o azeite transmontano

A Agrifiba, empresa transmontana dedicada à produção de azeite virgem extra, tem vindo a consolidar-se como um exemplo de modernização e sustentabilidade no setor olivícola português. Fundada em 2016, a empresa instalou-se no Régia Douro Park, em Vila Real, com o objetivo de unir tecnologia, eficiência e ligação ao território.

“A Agrifiba nasce de uma convicção muito forte que um filho desta terra tem no potencial agroeconómico de Trás-os-Montes e Alto Douro”, refere o administrador Ivo Borges. “A instalação no Régia Douro Park foi uma escolha estratégica: aqui encontramos as condições necessárias para aliar inovação, sustentabilidade e proximidade aos centros de produção agrícola.” A localização é, segundo a empresa, um fator-chave para reforçar a ligação à marca Douro. “A identidade ‘Douro’ é um selo de autenticidade que distingue os nossos azeites”, acrescenta.

No plano ambiental, a Agrifiba tem centrado esforços na sustentabilidade, promovendo o aproveitamento integral dos subprodutos do processo de extração. “Desde o bagaço às águas ruças, dos caroços às folhas e ramos, tudo é encaminhado para soluções circulares, como compostagem, biomassa e produção de corretivos orgânicos”, explica Ivo Borges. O



objetivo é fechar o ciclo produtivo, reduzindo a pegada de carbono e devolvendo valor aos solos. “Queremos que nada se perca. Os subprodutos deixam de ser um encargo e passam a contribuir para a melhoria dos solos e para a preservação do planeta”, sublinha.

Autenticidade e rastreabilidade

A autenticidade e a rastreabilidade

são igualmente prioridades. O azeite é produzido exclusivamente a partir de azeitonas provenientes de olivais transmontanos e todo o processo decorre sob controlo técnico. “Produzimos apenas com matéria-prima local e o azeite é extraído a frio. Cada lote é sujeito a análises físico-químicas e organolépticas e pode ser rastreado até à origem”, destaca a Ivo Borges, que considera esta abordagem essencial num contexto de cres-

cente concorrência de produtos importados. No campo da inovação, a Agrifiba tem investido em tecnologia de monitorização digital que permite controlar, em tempo real, parâmetros como temperatura, acidez, humidade e tempo de batimento. “Garantimos estabilidade e consistência no azeite virgem extra. É uma forma de assegurar que cada colheita mantém o padrão de qualidade que nos define”, refere a direção.

Instalada no Régia Douro Park, a Agrifiba quer afirmar o azeite de Trás-os-Montes no mercado global, conciliando tradição, tecnologia e práticas sustentáveis

“A inovação é uma marca da Agrifiba”, sublinha, apontando a modernização constante dos equipamentos e a valorização de resíduos como pilares da sua estratégia de economia circular. Atualmente, cerca de 60% do volume de negócios da empresa provém das exportações. As marcas da Agrifiba estão presentes em vários mercados internacionais, o que demonstra, segundo aquele responsável, a aceitação do azeite transmontano nos palcos mais exigentes. Ainda assim, a empresa afirma manter um forte compromisso com o mercado interno. “Queremos continuar a valorizar o azeite do Douro, promovendo-o como produto de excelência e reforçando a ligação entre o território e a qualidade reconhecida do nosso azeite”, conclui.

Régia Douro Park destaca oportunidades de internacionalização europeia

O presidente do Régia Douro Park, Nuno Augusto, participou como orador convidado no REC Day, evento realizado em Recife (Brasil), que reuniu especialistas, empresários e representantes de instituições de inovação para debater o tema “Desafios e oportunidades para a internacionalização na Europa”.

Na sua intervenção, Nuno Augusto sublinhou o papel dos parques de ciência e tecnologia como motores de cooperação económica e tecnológica entre continentes, destacando que “a internacionalização deve ser construída sobre conhecimento, inovação e redes sólidas de confiança entre parceiros”. “A Europa, mas Por-

tugal em especial, continua a ser um território fértil para o investimento em tecnologia, sustentabilidade e talento. O desafio está em criar pontes entre ecossistemas e facilitar o acesso das empresas a oportunidades reais de crescimento internacional”, afirmou o presidente do Régia Douro Park durante o evento. O REC Day — uma iniciativa dedicada à promoção da inovação e do empreendedorismo — contou com a participação de representantes de startups, universidades e parques tecnológicos do Brasil e de vários países europeus. O encontro procurou fortalecer laços entre a América Latina e a Europa, incentivando a transferência

de conhecimento e a criação de parcerias empresariais. A comitiva portuguesa presente no evento integrou ainda Paulo Santos, do Instituto Pedro Nunes (Coimbra), Adriana Costa, do PCI — Creative Science Park (Aveiro), e Carlos Soares Lopes, da Startup Madeira, reforçando o papel dos parques de ciência e tecnologia portugueses na promoção da internacionalização e da cooperação intercontinental. Com a sua presença, o Régia Douro Park reafirma o compromisso em posicionar a região do Douro como um polo de inovação com vocação internacional, abrindo novas oportunidades de colaboração entre Portugal e o Brasil.”



FISCALIDADE

Governo prevê triplicar receita com contribuições extraordinárias

O Governo prevê mais do que triplicar a receita com as contribuições extraordinárias sobre o setor bancário (CSB), energia (CESE) e o adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis (AIMI). A receita com estes impostos aumentará 259,6%, para 439 milhões de euros no próximo ano, segundo a proposta de Orçamento do Estado. Por si só, o adicional ao IMI representará uma receita de 162,6 milhões de euros, que compara com os 155,7 milhões estimados para 2025. Os restantes 276,4 milhões serão assim respeitantes à Contribuição sobre o Setor Bancário e à Contribuição Extraordinária sobre o Setor Energético (CESE)..

OE2026 REPÕE AUMENTO DA TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA

Empresas com prejuízos vão ter IRC agravado

A proposta do OE2026 repõe, sem exceções, o agravamento de 10 pontos percentuais nas tributações autónomas aplicáveis às empresas com prejuízo. Apesar da descida da taxa de IRC, as empresas mais frágeis e com menor capacidade financeira enfrentarão, em 2026, uma carga efetiva mais pesada.

VIRGÍLIO FERREIRA
virgilioferreira@grupovidaeconomica.pt

Depois de medidas transitórias adotadas em 2022, 2023 e novamente em 2025, que mitigavam ou suspendiam esta penalização em contextos específicos, o próximo ano marca o regresso integral da regra prevista no artigo 88.º do Código do IRC. Em 2026, qualquer empresa em situação líquida negativa volta, assim, a suportar taxas agravadas sobre despesas como viaturas, ajudas de custo não faturadas, indemnizações ou despesas de representação, independentemente da sua dimensão ou do motivo que esteja na origem do resultado fiscal negativo. Na prática, o Governo recupera



o caráter sancionatório da norma, que pretende desincentivar gastos considerados não produtivos e reforçar a disciplina empresarial. Mantém-se apenas a exceção estrutural do Código do IRC, segundo a qual não há agravamento quando o prejuízo decorre exclusivamente de benefícios fiscais, deduções à coleta ou reporte de prejuízos anteriores. Fora deste enquadramento restrito, o agravamento volta a operar de forma automática e anual, inclusive em empresas com ciclos de investimento longo, negócios sazonais ou sujeitas a choques conjunturais.

PME mais frágeis castigadas

A manter-se o que está na proposta do OE2026, as PME mais frágeis, em fase de reestruturação

ou investimento, ficam sujeitas a uma penalização adicional sobre despesas que já são objeto de tributação autónoma. Quando existe prejuízo fiscal, o agravamento das taxas torna ainda mais pesado o impacto destas despesas, em especial no caso das viaturas — sejam elas de combustão, híbridas ou elétricas. Os exemplos seguintes mostram, na prática, como o imposto pode duplicar apenas pelo facto de a empresa encerrar o exercício no vermelho. Como se constata através destes exemplos, mesmo sem gerar lucros, a empresa não só paga tributação autónoma pelas viaturas — como paga mais por estar fragilizada. Este é o efeito central do agravamento previsto no artigo 88.º do CIRC, agora novamente aplicado.

Exemplo 1 - Viatura ligeira a combustão (taxa normal 27,5% → agravada 37,5%)

Situação	Despesa anual com viatura	Taxa TA	Imposto devido
Empresa com lucro	50.000 €	27,5%	13.750 €
Empresa com prejuízo	50.000 €	37,5%	18.750 €

Impacto: A empresa paga +5.000 € por estar em prejuízo (agravamento de +10 p.p.).

Exemplo 2 - Viatura híbrida plug-in (TA de 2,5%, 7,5% ou 15%)

Supondo uma viatura híbrida plug-in que se enquadra na taxa intermédia (7,5% → agravada 17,5%):

Situação	Despesa anual	Taxa TA	Imposto devido
Empresa com lucro	20.000 €	7,5%	1.500 €
Empresa com prejuízo	20.000 €	17,5%	3.500 €

Impacto: +2.000 € de custo fiscal só por haver prejuízo.

Exemplo 3 - Viatura com despesas de utilização e manutenção incluídas (representação indireta da frota)

Situação	Despesas associadas (manutenção, combustível, portagens, etc.)	Taxa TA	Imposto devido
Empresa com lucro	15.000 €	10%	1.500 €
Empresa com prejuízo	15.000 €	20%	3.000 €

Impacto: +1.500 € — o dobro — apenas pelo facto de o exercício ter apurado prejuízo.

Associações empresariais exigem fim das tributações autónomas

As principais associações empresariais portuguesas — AEP, AIMMAP, CEVAL e CTP — convergem num ponto central: a tributação autónoma tornou-se um mecanismo injusto, que penaliza a atividade económica e anula o impacto positivo da redução do IRC.

Em declarações à “Vida Económica”, Rafael Campo Pereira, vice-presidente executivo da AIMMAP, afirma que “a redução do IRC é conceptualmente positiva, mas o agravamento das tributações autónomas é uma péssima notícia”. O responsável alerta que “o efeito do agravamento anulará por completo o impacto da descida do IRC na maioria das empresas”, considerando que “as tributações autónomas são o oposto da transparência e previsibilidade fiscal que o país precisa”. A associação mantém a defesa da eliminação gradual deste regime, no quadro de uma reforma fiscal mais ampla.

Uma posição semelhante é assumida por Luís Ceia, presidente da CEVAL, que considera que “a redução da taxa de IRC é um sinal positivo, mas a reposição das tributações autónomas sobre empresas em prejuízo agrava as dificuldades de tesouraria, sobretudo em fases de arranque ou expansão”. À “Vida Económica”, o dirigente acrescenta que “as empresas em crescimento, que mais necessitam de apoio, são as que acabam penalizadas”. A CEVAL defende, por isso, a extinção total deste mecanismo, sublinhando que Portugal “é um dos países da OCDE com maior carga fiscal global” e que “as tributações autónomas deixaram de ter função preventiva, transformando-se numa penalização injusta”.

Também Francisco Calheiros, presidente da CTP, acompanha esta leitura: “A redução da taxa de IRC é positiva apenas em teoria, mas o agravamento das tributações autónomas anula o efeito prático do alívio fiscal, sobretudo para micro e PME do turismo”. À “Vida Económica”, Francisco Calheiros alerta que “estas empresas continuarão su-

“Efeito do agravamento anulará por completo o impacto da descida do IRC na maioria das empresas”

jeitas a uma carga fiscal elevada e complexa, que trava o investimento e a criação de emprego”. Para a CTP, “as tributações autónomas desvirtuaram a finalidade inicial de combater abusos” e hoje atingem despesas legítimas, como deslocações e viaturas de serviço. A confederação defende uma revisão profunda baseada em critérios de justiça e proporcionalidade fiscal.

Na mesma linha, Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEP, considera que “a proposta de redução do IRC fica aquém das necessidades do país”, tendo “efeitos marginais na competitividade e no investimento”. Em declarações à “Vida Económica”, o dirigente afirma que “o agravamento em 10 pontos percentuais das tributações autónomas prejudica a tesouraria e a capacidade de reestruturação das empresas”, defendendo a sua eliminação e “uma descida mais ambiciosa da taxa de IRC até 15% em 2028”.

Citando o relatório “International Tax Competitiveness Index 2025”, Luís Miguel Ribeiro recorda que Portugal tem a terceira taxa mais

alta de tributação empresarial da OCDE e o segundo sistema mais complexo. A AEP propõe, por isso, “uma revisão estrutural das tributações autónomas, com atualização dos escalões, redução das taxas e simplificação do sistema”, tornando-o mais competitivo e favorável ao investimento.

No essencial, as quatro associações empresariais são unânimes: o regime das tributações autónomas perdeu sentido e tornou-se um entrave à competitividade, devendo ser revisto ou eliminado num quadro mais amplo de reforma fiscal e simplificação do sistema tributário português.

“Agravamento em 10 pontos percentuais das tributações autónomas prejudica a tesouraria e a capacidade de reestruturação das empresas”

Sistema fiscal nacional é sexto menos competitivo da OCDE

O sistema fiscal português é o sexto menos competitivo entre os 38 países da OCDE considerados no Índice de Competitividade Fiscal relativo a 2025, de acordo com a avaliação da Tax Foundation. O país subiu de 35º lugar para 33º neste ranking, mas continua a estar na cauda da OCDE em termos de competitividade fiscal. Ao nível da tributação das empresas, o sistema fiscal português é o terceiro mais pesado e complexo para o tecido empresarial, ficando a meio da tabela no caso das famílias.

Receita fiscal vai acelerar

A receita fiscal deverá aumentar 4,4% no próximo ano, para 67 065 milhões de euros, impulsionada quer pelos impostos diretos (+3,7%) quer pelos indiretos (+4,9), segundo a proposta de Orçamento do Estado para 2026. Nos impostos diretos, o Governo prevê que em 2026 a receita fiscal em sede de IRS aumente 5%, para 19 496 milhões de euros. No que se refere ao IRC, o executivo espera que a receita fiscal recue 2% para 9532 milhões de euros.



FELÍCIA TEIXEIRA
Consultora da Ordem dos Contabilistas
Certificados (OCC)
comunicacao@occ.pt

IVA – Cedência temporária de pessoal entre empresas

Atualmente, muitas empresas cedem os seus trabalhadores a outras empresas, nomeadamente entre empresas do mesmo grupo, para colmatar necessidades pontuais. O contrato de cedência de trabalhadores espelha um acordo em que uma empresa (empresa cedente) cede provisoriamente um ou mais trabalhadores do seu quadro de pessoal próprio a outra (empresa cessionária), colocando-os sob a autoridade e direção desta entidade, mas conservando, no entanto, o vínculo jurídico-laboral que com eles mantém.

Este mecanismo permite a partilha de competências, a otimização da produtividade e a resposta a necessidades temporárias de mão-de-obra, ficando o trabalhador sujeito à direção e autoridade da empresa cessionária, mas conservando os direitos e deveres para com a empresa cedente.

O presente artigo tem como objetivo abordar o enquadramento, em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), quando existe um contrato de cedência de trabalhadores (mão-de-obra) entre empresas.

As operações referentes à cedência de pessoal (temporárias ou não) configuram-se como prestações de serviços, conforme disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Código do IVA, o qual estabelece um conceito residual de prestações de serviços, considerando como tal as operações efetuadas a título oneroso que não se constituam como transmissões, aquisições intracomunitárias ou importações de bens.

Desta forma, se a empresa se faz remunerar por tais serviços por meio de um determinado trabalhador, estes são considerados prestações de serviços sujeitas a IVA e não isentas. Em bom rigor, deverá a empresa emitir uma fatura relativamente aos serviços de cedência temporária dos trabalhadores, sendo que, à partida, o valor tributável será o da contraprestação obtida ou a obter do adquirente, tratando-se de uma operação sujeita a IVA à taxa normal. Salienta-se que a Autoridade Tributária, através do Ofício-Circulado n.º 30019/2000, de 4 de maio, determina que, existindo cedência de pessoal em que o montante debitado corresponda comprovadamente ao reembolso exato das despesas com o ordenado, prestações para a Segurança Social e quaisquer outras importâncias obrigatoriamente suportadas pela empresa a que pertence o trabalhador,

por força do contrato de trabalho (por exemplo, prémios de seguros de vida, complementos de pensões, etc.), a operação ficará afastada da definição de prestação de serviços e, como tal, excluída das regras de incidência de IVA.

Subsumem-se na norma acima citada todas as situações em que materialmente exista uma colocação de pessoal à disposição, independentemente de tais operações se qualificarem, ou não, em termos jurídicos, como sendo de cedência de pessoal, e apesar de os respetivos trabalhadores manterem os seus vínculos laborais originários com as correspondentes entidades patronais. Esta doutrina administrativa determina a inexistência de prestação de serviços e, consequentemente, a não sujeição a imposto, sendo aplicável em todas as situações em que o montante debitado corresponda comprovadamente ao reembolso exato das despesas.

Assim, se cumpridas as condições enunciadas no referido Ofício-Circulado, não existirá liquidação de IVA pelo débito dos encargos (ou de parte deles, ainda que com base em estimativas) suportados com os trabalhadores.

Contudo, chama-se a atenção para um recente Acórdão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE), Processo C-94/19, de 11 de março de 2020, que apreciou uma situação de destacamento, a qual apresenta similitudes com a cedência de trabalhadores sem margem, tendo em conta que, ao abrigo da lei aplicável no caso concreto (a italiana), não eram consideradas relevantes, para efeitos de IVA, as afetações ou os destacamentos de pessoal pelos quais apenas fosse pago o reembolso do respetivo custo.

Urgente clarificação pela AT

O TJUE considerou que a Diretiva IVA se opõe a uma legislação nacional segundo a qual não são considerados relevantes, para efeitos de IVA, os destacamentos de pessoal realizados exclusivamente mediante o reembolso dos respetivos custos, quando os montantes pagos e os destacamentos estiverem reciprocamente condicionados. Ou seja, se os montantes faturados pelo prestador ao adquirente forem a condição para que o prestador destaque o pessoal, e se o cliente apenas pagar esses montantes como contrapartida do destacamento, deverá concluir-se pela existência de um nexo direto entre as duas

As operações referentes à cedência de pessoal (temporárias ou não) configuram-se como prestações de serviços, conforme disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Código do IVA

prestações (fluxo financeiro e fluxo da prestação de serviços).

O que significa que a operação deve ser considerada realizada a título oneroso e sujeita a IVA, caso os demais requisitos da Diretiva IVA estejam cumpridos.

É irrelevante, para este efeito, o montante da contrapartida, designadamente o facto de ser igual, superior ou inferior aos custos que o sujeito passivo suportou no âmbito da realização da sua prestação (v. neste sentido, Acórdãos de 20 de janeiro de 2005, Hotel Scandic Gåsabäck, C-412/03, EU:C:2005:47, n.º 22, e de 2 de junho de 2016, Lajvér, C-263/15, EU:C:2016:392, n.º 45 e jurisprudência referida).

Com efeito, essa circunstância não é suscetível de afetar o nexo direto entre a prestação de serviços efetuada e a contrapartida recebida (Acórdão de 2 de junho de 2016, Lajvér, C-263/15, EU:C:2016:392, n.º 46 e jurisprudência referida).

Em suma, não parece possível considerar que uma prestação de serviços de cedência de pessoal, mesmo que fixando como preço o exato reembolso dos custos com o pessoal cedido, possa não ser sujeita a IVA. Tendo em conta a referida convicção generalizada induzida pela doutrina da AT, e o facto de a jurisprudência citada ser recente e não ser conhecida nenhuma mudança de entendimento, será urgente a clarificação por parte da própria administração fiscal, para a correta aplicação das regras de IVA.

AGENDA FISCAL

OUTUBRO

ATÉ AO DIA 25

• **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- *Regime mensal* - Pagamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado, correspondente ao imposto apurado na declaração respeitante a agosto, pelos sujeitos passivos abrangidos pela periodicidade mensal do regime normal

Até ao dia 30

• **IVA - Imposto sobre o valor acrescentado**
- Entrega do pedido de restituição IVA pelos sujeitos passivos cujo imposto suportado, no próprio ano, noutra Estado Membro ou país terceiro (neste caso em suporte de papel), quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeitante a um período de três meses consecutivos.

• **IUC - Imposto Único de Circulação**
Liquidação, por transmissão eletrónica de dados, e pagamento do Imposto Único de Circulação - IUC, relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no presente mês.

• **IRS - IRC**
- Declaração Modelo 30 - Envio por transmissão eletrónica de dados, pelas entidades devedoras ou pagadoras de rendimentos a sujeitos passivos não residentes em território português, no mês de agosto.

NOVEMBRO

Até ao dia 5

• **IVA – IRS - IRC**
- *Comunicação das faturas* - Comunicação dos elementos das faturas emitidas no mês anterior pelas pessoas singulares ou coletivas que tenham sede, estabelecimento, estável ou domicílio fiscal em território português e que aqui pratiquem operações sujeitas a IVA.

Até ao dia 10

• **IRS - Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares**
- *Declaração Mensal de Remunerações* - Entrega da Declaração Mensal de Remunerações pelas entidades devedoras de rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, bem como os que se encontrem excluídos de tributação, para comunicação daqueles rendimentos e respetivas retenções de imposto, das deduções efetuadas relativamente a contribuições obrigatórias para regimes de proteção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

Até ao dia 15

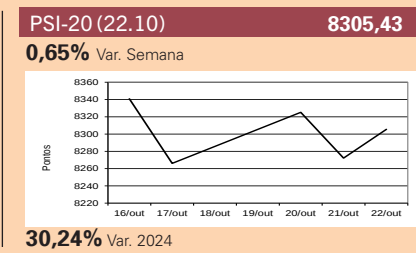
• **IRS – IMT – SELO**
- *Declaração Modelo 11* - Envio pelos Notários e outros funcionários ou entidades que desempenhem funções notariais, bem como as entidades ou profissionais com competência para autenticar documentos particulares que titulem atos ou contratos sujeitos a imposto sobre o rendimento ou património, das relações dos atos praticados no mês anterior.

IRS

Prémios de produtividade - Isenção

Tendo sido suscitadas dúvidas sobre a interpretação e aplicação da isenção em sede de IRS, prevista no artigo 115.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Lei do orçamento de Estado para 2025), respeitante a importâncias pagas a título de prémios de produtividade, desempenho, participações nos lucros e gratificações de balanço, a AT veio, através do Ofício Circulado N.º: 20284 do dia 21 de novembro de 2025, divulgar o entendimento que a administração fiscal faz sobre essa matéria.

MERCADOS



Dow Jones 22/out.....46834,73
Var Sem 1,26%
Var 2024 10,09%
Nasdaq 22/out22797,57
Var Sem 0,56%
Var 2024 18,06%
IBEX 35 22/out 15781,60
Var Sem 1,36%
Var 2024 36,11%

DAX 22/out24151,13
Var Sem -0,13%
Var 2024 21,31%
CAC40 22/out.....8206,87
Var Sem 1,61%
Var 2024 11,19%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

LURDES GRAMAXO, PRESIDENTE DA INVESTORS PORTUGAL, DEFENDE

Capital de risco é motor de transformação económica em Portugal

Lurdes Gramaxo, presidente da Investors Portugal, sublinha que o capital de risco tem sido uma alavanca essencial do crescimento económico nacional. O estudo promovido pela associação e elaborado pela NOVA SBE mostra que este tipo de investimento contribui diretamente para o aumento do PIB, das exportações e dos salários, reforçando a competitividade e a inovação das empresas portuguesas. Contudo, alerta em entrevista à “Vida Económica”, que “é urgente garantir políticas estáveis e previsíveis que atraiam mais investidores e consolidem o ecossistema”.

Vida Económica - Como avalia a evolução do capital de risco em Portugal na última década?

Lurdes Gramaxo - O estudo sobre o Impacto dos Fundos de Capital de Risco e dos Fundos SIFIDE em Portugal promovido pela Investors Portugal e elaborado pela NOVA SBE demonstra claramente a crescente relevância do capital de risco durante a última década. O estudo avalia a contribuição do capital de risco em geral para o desenvolvimento da economia portuguesa e conclui que, embora este tipo de investimento ainda seja modesto em termos de peso no PIB quando comparado com ecossistemas mais desenvolvidos, representa um motor poderoso de transformação económica sustentada ao longo do tempo, escalando investimento, inovação, salários, emprego e competitividade. Este impacto materializa-se em emprego mais diferenciado, salários mais elevados, mais exportações e num crescimento sustentado em termos macroeconómicos.

O estudo fornece dados mensuráveis sobre os ganhos para a economia portuguesa, ao final de 10 anos, concluindo que 100 milhões de euros de capital de risco investidos contribuem para 1,01% de crescimento do PIB, 1,33 pp de crescimento nas exportações líquidas em % do PIB, um aumento nos salários reais de 0,73% e de 0,19 pp no trabalho altamente diferenciado, assim como um crescimento da inovação, medido pelo incremento de patentes, de 22,87%. Os chamados Fundos SIFIDE contribuíram também para estes resultados, mobilizando outro tipo de investidores para esta classe de ativos e canalizando investimento para empresas com alta incidência de I&D. Concluiu também o estudo que este incentivo tem um saldo fiscal positivo para o Estado que recupera o benefi-



Lurdes Gramaxo, presidente da Investors Portugal, defende políticas consistentes para atrair mais investimento e consolidar o ecossistema nacional de inovação.

cio fiscal inicial em menos de três anos.

VE - Que impacto concreto tem tido o capital de risco no crescimento das startups portuguesas?

LG - O estudo é também muito claro no que respeita ao impacto do capital de risco como alavanca do crescimento rápido e persistente no tempo das empresas onde investe. Ao final do terceiro ano após o investimento, os custos com pessoal aumentam + 200% e o emprego quase que duplica. O volume de vendas e os lucros também crescem significativamente, mais que duplicando e triplicando, respetivamente. Esta conjugação de aumento positivo da atividade e, simultaneamente, o aumento muito significativo da massa salarial indiciam que há fortes ganhos de escala e produtividade. Estes resultados demonstram que as empresas financiadas por capital de risco não só aceleram o seu crescimento como fortalecem toda a organização, com ganhos substantivos de eficiência que se traduzem em maior competitividade das vendas, especialmente nas exportações que duplicam ao fim de três anos após o investimento.

VE - Quais são hoje os setores mais dinâmicos no acesso a investimento de risco em Portugal?

LG - O ecossistema português tem mostrado grande vitalidade, tanto na criação de startups inovadoras como na captação de capital. Neste contexto, a expectativa é de uma evolução positiva no número e volume de oportunidades de investimento até ao final

do ano. À semelhança do que verificamos na Europa, a Inteligência Artificial e o Machine Learning continuam a ser os setores mais dinâmicos em Portugal. Verificamos ainda um interesse crescente de startups com aplicações na defesa e prevemos a manutenção do dinamismo em setores mais consolidados como fintech ou saúde.

VE - Que importância têm os fundos públicos e europeus na consolidação deste ecossistema?

LG - O setor do capital de risco em Portugal, ao contrário do verificado nos ecossistemas mais desenvolvidos, carece de mais fontes de financiamento institucionais, tais como fundos de fundos e fundos de pensões e não existem, atualmente, políticas e incentivos que permitam antecipar uma alteração profunda neste panorama nos próximos anos. O principal fundo de fundos em Portugal a investir em capital de risco em Portugal con-

tinua a ser o BPF. No entanto, e como temos já amplamente defendido em diferentes fóruns, consideramos que o mercado precisa de continuidade e previsibilidade, sendo fundamental trabalhar com um horizonte temporal alargado e assegurar que existe uma maior clareza da estratégia a ser seguida pelo BPF, procurando que os futuros programas sejam desenhados de acordo com as melhores práticas de mercado e que tenham uma regularidade e previsibilidade que permitam ser uma alavanca do crescimento do setor.

O país tem talento, conhecimento e um ecossistema empreendedor em crescimen-

100 milhões de euros investidos em capital de risco geram 1% de crescimento do PIB

to, mas faltam ainda políticas consistentes e duradouras que incentivem os investidores privados, tanto os individuais como as entidades, em linha com o que se verifica há décadas noutros países europeus de referência. A verdade é que falamos de um ecossistema ainda jovem em que o tempo e os crescentes casos de sucesso vão tornar o investimento em startups mais apelativo. Temos visto que os mecanismos incentivadores do investimento alinhados com incentivos fiscais (exemplo dos fundos SIFIDE) ou com a aquisição da nacionalidade (exemplo dos Golden Visa), tem permitido atrair capital privado para o ecossistema, mas é essencial manter estabilidade e previsibilidade nos mecanismos para que realmente tenham um impacto sustentável e duradouro ao longo do tempo.

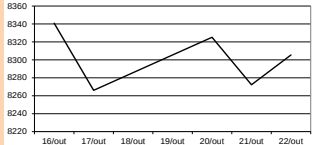
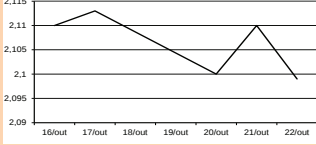
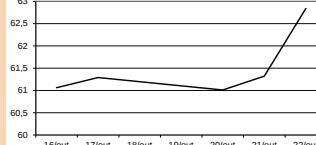
Investidores estrangeiros

VE - Portugal continua a ser um mercado difícil para investidores estrangeiros? Porquê?

LG - Portugal tem atraído cada vez mais investimento estrangeiro e o investimento em early stage não é exceção. Os investidores estrangeiros têm sido atraídos pela qualidade dos projetos nacionais e pelas relações que vão estabelecendo com investidores nacionais que alimentam uma crescente confiança no ecossistema. No entanto, mantêm-se algumas barreiras de carácter administrativo como o excesso de burocracia, a dificuldade de obter respostas em tempo útil de alguns organismos da administração pública, assim como as frequentes alterações legislativas e falta de previsibilidade no geral que minam a confiança e podem causar obstáculos ao investimento estrangeiro.

VE - De que forma a Investors Portugal ajuda a aproximar empreendedores e investidores?

LG - Enquanto associação representativa dos Investidores Early Stage em Portugal, um dos pilares da nossa missão é promover e apoiar o investimento em startups e empresas em fase inicial. Isto passa por dinamizar o ecossistema, o que naturalmente beneficia os empreendedores ao aumentar as oportunidades de financiamento. Adicionalmente, promovemos regularmente eventos de networking para promover a proximidade e os contactos e também sessões de formação e mentoria, que permite facilitar o acesso a conhecimento especializado e a implementação de práticas standards no ecossistema.

EURODÓLAR (22.10) 1,1611 -0,30% Var. Semana  12,15% Var. 2024	Euro/Libra 22/out0,8683 Var Sem 0,07% Var 2024 -4,72% Euro/lene 22/out ..176,3000 Var Sem -0,20% Var 2024 -7,67%	EURIBOR 3M (22.10) 2,0660 2,48% Var. Semana  -23,887% Var. 2024	Euribor 6M 22/out2,0660 Var Abs Sem -0,19% Var 2024 -18,26% Euribor 1Y 22/out2,1560 Var Abs Sem -0,32% Var 2024 -12,36%	PETRÓLEO BRENT (22.10) 62,82 1,50% Var. Semana  -15,81% Var. 2024	Ouro 22/out4043,01 Var Sem -3,98% Var 2024 53,93% Prata 22/out48,33 Var Sem -8,97% Var 2024 67,03%
--	---	---	--	--	---

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

NOVOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE VIDA
ECONÓMICA
www.grupovidaeconomica.pt



VÍTOR NORINHA
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

A IA VAI FAZER SANGUE NAS EMPRESAS E NO EMPREGO

Já todos suspeitavam que a introdução da IA Generativa iria trazer mais desemprego do que os prometidos novos empregos e novas profissões. Mas, agora aquilo que preocupa é o que importantes analistas, como a Allianz Trade, no seu mais recente relatório sobre a evolução das insolvências, afirme que “a forte criação de empresas induzidas pela tecnologia, juntamente com uma potencial explosão do boom da IA, poderá também alimentar os riscos de insolvência de empresas, especialmente nos EUA e na Europa.”

PAULO NOGUEIRA

Membro da Direção da AIMP
CEO – Vapor Engineering Services e Vapor IM



“INTERIM MANAGEMENT” NA LOGÍSTICA E OS DESAFIOS DOS MERCADOS DE EXPORTAÇÃO

As empresas exportadoras operam em ambientes marcados por volatilidade, mudanças nas regulamentações, pressões competitivas e procura imprevisível. Nesse contexto, o Interim Management como uma prática em que gestores externos altamente qualificados são temporariamente trazidos para as organizações ganhou força como uma solução estratégica para navegar pelos obstáculos logísticos e se adaptar às condições dinâmicas do mercado. Aqui estão os principais argumentos a favor de trabalhar com Interim Managers para esses fins: Implantação rápida de conhecimentos especializados; Resolução objetiva de problemas; Custo-benefício e flexibilidade; Gestão acelerada de mudanças; Transferência de conhecimento e aprendizagem organizacional; Foco nos desafios dos mercados de exportação.



ÂNGELO PEREIRA DIAS
Administrador Judicial / Economista Conselheiro
angelodias@angelodias.pt

INSOLVÊNCIAS E REESTRUTURAÇÕES EM PORTUGAL: SINAIS DO CICLO E RESPOSTAS POSSÍVEIS

Portugal encontra-se num ambiente empresarial exigente: pressão de custos, taxas de juro que só recentemente começaram a aliviar, cadeias de abastecimento ainda problemáticas em alguns setores e consumidores mais prudentes. Em termos de fluxo anual, indicadores vários mostram que muitas empresas em processo de insolvência ou revitalização, evidenciando uma realidade que não é uniforme: há setores mais expostos (têxtil, calçado, moldes, sector automóvel, construção, restauração, comércio não alimentar) e geografias onde a rotação empresarial — muitas constituições, mas também dissoluções — aumenta a volatilidade.

JOÃO NUNO FERREIRA

Diretor da Escola Profitecla de Matosinhos



UM NOVO COMEÇO: O VALOR DO ESPAÇO E DO CUIDADO COM A ESCOLA

O início de um novo ano letivo é sempre um momento especial. Traz consigo o som das mochilas que voltam a encher-se, o entusiasmo dos reencontros e a curiosidade de quem chega pela primeira vez. No Ensino secundário profissional, este arranque é ainda mais marcante: cada Aluno regressa com objetivos muito concretos, com a vontade de aprender e adquirir conhecimentos para o futuro, para crescer como pessoa e para se aproximar do futuro que ambiciona construir também profissionalmente. Por vezes, o recomeço tem um sabor diferente. Na Escola Profitecla de Matosinhos mudámo-nos para umas novas instalações, maiores, mais modernas e ainda melhor preparadas para o Ensino e para as ofertas pedagógicas que queremos oferecer.



Ver versão integral:
www.grupovidaeconomica.pt

No fio da navalha

Tributação autónoma e Robin dos Bosques ao contrário

O Orçamento do Estado para 2026 traz uma descida da taxa base de IRC de 20% para 19%, mas a medida é acompanhada pela reposição do agravamento de 10% da Tributação Autónoma sobre empresas com resultados negativos. O que o Governo dá com uma mão, retira com a outra — e, pior ainda, retira a quem menos pode. A figura da Tributação Autónoma é uma originalidade do nosso país. Só existe em Portugal. Há países da União Europeia onde certas despesas não são dedutíveis como custo fiscal. Mas mais nenhum país aplica uma taxa autónoma adicional sobre a despesa.

As pequenas e médias empresas (PME), que enfrentam margens apertadas, custos elevados e incerteza económica, são as principais prejudicadas. O Governo trans-



JOÃO LUÍS DE SOUSA
DIRETOR

joaoluisesousa@grupovidaeconomica.pt

As empresas mais frágeis pagam mais, enquanto as mais sólidas beneficiam da redução da taxa nominal.

forma-se, assim, num Robin dos Bosques ao contrário, tirando às pequenas para aliviar as grandes. Esta inversão do princípio de justiça fiscal é preocupante: as empresas mais frágeis pagam mais, enquanto as mais sólidas beneficiam da redução da taxa nominal.

A Tributação Autónoma, criada para travar abusos em despesas supérfluas, tornou-se um imposto paralelo que incide sobre custos operacionais legítimos — viaturas, ajudas de custo, representação — e que penaliza quem não tem lucros. Tributar prejuízos é uma contradição económica e moral, sobretudo num país em que as PME sustentam a maioria do emprego.

O Governo argumenta que a descida do IRC estimula o investimento, mas esta combinação de medidas anula o efeito prático da redução. As empresas menores, que mais precisavam de alívio, ficam a financiar a “reforma fiscal” das maiores.

Mais do que um problema de política fiscal, é um erro conceptual: o IRC deve tributar lucros, não despesas. Ao fazê-lo, o Estado transforma um imposto sobre rendimento num instrumento punitivo, minando a confiança e a previsibilidade que o investimento requer.

Portugal precisa de um sistema fiscal inteligente e equitativo, que premie o mérito e a resiliência, em vez de castigar quem luta para sobreviver. Enquanto o Governo insistir em tributar a fragilidade e aliviar a força, continuará a desempenhar o papel ingrato de Robin dos Bosques ao contrário, travando o crescimento de quem mais precisa de apoio para reconstruir o país.

Insolvências mundiais continuam a crescer até 2026

A Allianz Trade prevê que as insolvências empresariais globais aumentem 6% em 2025 e 5% em 2026, antes de recuarem 1% em 2027, após cinco anos de crescimento. O relatório da seguradora aponta o impacto das tarifas comerciais norte-americanas e do

abrandamento do comércio mundial como fatores de risco. Em Portugal, o cenário é mais favorável, com uma queda prevista de 8% em 2025 e estabilidade em 2026, refletindo a resiliência de setores como o turismo, energia e construção. A Allianz alerta, porém, para

possíveis efeitos em cadeia das tarifas dos EUA e para o impacto de juros altos sobre as PME mais endividadas. O boom tecnológico e da Inteligência Artificial pode ainda gerar uma nova vaga de falências, sobretudo em empresas sem bases financeiras sólidas.

MERCADOS

CMVM alerta para situações fraudulentas

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários alerta para a utilização fraudulenta do nome e imagem de personalidades públicas, bem como de instituições financeiras autorizadas e supervisionadas pela CMVM, por parte de pessoas que indevidamente se apresentam como representando essas instituições (ou como colaboradores das mesmas), usando de forma abusiva e ilegítima a sua identidade.

Bruxelas quer duplicar compras conjuntas na defesa

A Comissão Europeia apresentou um plano para duplicar, até 2027, as compras conjuntas de material de defesa entre os Estados-Membros, passando dos atuais 20% para 40%. O objetivo é reforçar o rearmamento europeu e poupar até 200 mil milhões de euros através de licitações coordenadas. O orçamento da UE para Defesa subiu de 218 mil milhões em 2021 para 343 mil milhões em 2024, podendo atingir 400 mil milhões até final do ano.

Luxo enfrenta a maior travagem em três décadas

A indústria mundial do luxo atravessa um ponto de viragem histórico. Segundo uma análise recente do banco alemão Berenberg, terminou o “superciclo” de crescimento que perdurou por mais de trinta anos. O setor, que outrora crescia a ritmos médios de 6% ao ano, deverá agora limitar-se a aumentos entre 2% e 3% anuais, sinalizando um abrandamento

estrutural da procura global. O estudo indica que o boom da década de 2010 foi sustentado por fatores excecionais, como o rápido aumento do consumo chinês e o dinamismo da procura nos Estados Unidos e na Europa. Porém, a década atual revela uma conjuntura bem diferente: a China enfrenta pressões económicas e demográficas, os consumidores jovens de-



monstram menor entusiasmo pelo luxo e o poder de compra global sofre o impacto da inflação e dos altos custos habitacionais.

As marcas têm tentado contrariar esta tendência através de sucessivos aumentos de preços, mas a estratégia parece ter atingido o limite. Com a geração Z a valorizar mais a autenticidade do que o status, o luxo tradicional vê-se

obrigado a repensar o seu modelo de negócio. Além dos ventos contrários estruturais, o setor lida ainda com custos crescentes na joalheria — impulsionados pela escalada do ouro e da prata — e com incertezas macroeconómicas nos seus principais mercados. Tudo indica que o brilho do luxo, embora não se apague, será doravante menos intenso.



LUÍS MARQUES
luis.marques@formuladotalento.pt

À DESCOBERTA DA FÓRMULA DO TALENTO

Política retributiva: princípios-base

Há uns anos, a Fórmula do Talento foi contactada por uma empresa industrial situada a cerca de 60 km de Lisboa para ajudar a melhorar a gestão da sua equipa, nomeadamente na definição da política retributiva e na motivação dos colaboradores. A empresa pagava salários baixos e, para melhorar as condições remuneratórias, atribuía seguro de saúde aos colaboradores com mais de três anos de antiguidade e um determinado nível de carreira.

A atribuição do benefício parecia fazer sentido, mas a empresa informou-nos que, apesar de ter um custo anual de largos milhares de euros, os colaboradores não lhe atribuíam qualquer importância.

Ao aprofundarmos o tema, constatámos que, de facto, os colaboradores não valorizavam o benefício porque acabavam por não o conseguir usufruir. E porquê? Fundamentalmente, por duas razões:

- Na região não havia estabelecimentos de saúde privados e, como tal, para poderem usufruir do benefício teriam de se deslocar a Lisboa, que ficava a cerca de 60 km;
- Muitos colaboradores tinham salários baixos, não possuíam viatura e deslocavam-se em transportes públicos.

Quando pensamos numa política retributiva, temos de ter em linha de

conta vários fatores, com especial foco na realidade concreta de cada organização, e assumir que o que faz sentido para uma empresa pode não fazer sentido para outra. Mas a política retributiva de uma organização não deve apenas considerar a sua realidade concreta; deve obedecer a dois princípios-base:

- Competitividade externa;
 - Equidade interna.
- A competitividade salarial (externa) envolve o alinhamento dos pacotes de remuneração com as práticas do mercado para atrair e reter o talento necessário. Para garantir a competitividade salarial, as empresas devem:
- Realizar estudos salariais de forma regular e comparar os salários oferecidos com os praticados no mercado. Para tal, podem recorrer a estudos gratuitos que várias consultoras de recursos humanos disponibilizam ou adquirir estudos mais elaborados produzidos por empresas especializadas;
 - Ajustar salários, se necessário: seja por mudança de função ou promoções internas, seja porque o mercado atravessa um período de elevada volatilidade (por exemplo, por falta de profissionais). A empresa deve estar atenta para evitar deixar de ser competitiva e, se necessário, fazer

ajustes preventivamente e não de forma reativa;

- Oferecer benefícios adicionais: complementar os salários com benefícios que sejam efetivamente valorizados pelos colaboradores, evitando situações como a descrita acima.

A equidade interna refere-se à justiça na definição dos salários para cada função da organização. Para garanti-la, as empresas devem:

- Realizar avaliações de funções: analisar e classificar as funções com base nas suas responsabilidades e requisitos, de modo a comparar diferentes funções e evitar injustiças relativas;
- Estabelecer bandas salariais: definir bandas para os diferentes níveis de funções, garantindo que colaboradores em funções semelhantes recebam remunerações tendencialmente comparáveis e que possam evoluir em termos salariais dentro da mesma função;
- Monitorizar e ajustar: analisar regularmente as políticas salariais para assegurar que se mantêm justas e equitativas.

A propósito da equidade interna, partilho uma situação passada com um dos clientes da Fórmula do Talento. A empresa necessitava de contratar um quadro

técnico com formação em engenharia e experiência entre três e cinco anos. Na empresa trabalhavam, há cerca de cinco anos, dois engenheiros com funções similares às que o novo colaborador iria assumir e, como o mercado tinha escassez de profissionais com as qualificações pretendidas, o novo colaborador teria um salário mais elevado do que o dos profissionais que já lá trabalhavam. A empresa, preventivamente, fez um ajuste significativo nos salários dos dois colaboradores antes da entrada do novo engenheiro e, assim, ficaram com um salário superior ao do novo colega. Dois meses após o início de funções do novo profissional, os dois engenheiros que trabalhavam na empresa há cinco anos apresentaram a demissão. A razão para tal atitude assentou no facto de se sentirem explorados durante alguns anos e de considerarem que os salários só foram atualizados porque o outro colega ia entrar com remuneração mais elevada. Eu sei que o raciocínio deles era verdadeiro... Gerir a política retributiva de uma organização sempre foi — e é — um desafio. Agora que se aproxima o final do ano, leia na próxima crónica as principais tendências atuais nesta área. Se tem um desafio concreto na sua empresa, escreva-nos. Pode ser o ponto de partida para uma das próximas crónicas.

PUB



Assessoria especializada B2B

Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia

Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO
Telefone: 22 609 5888
imfporto@imf.pt

www.imf.pt
m.imf.pt
Facebook/imfmercados

Av. Duque de Loulé, 123 – Sala 54 – 1050-089 LISBOA
Telefone: 21 324 1204
imflisboa@imf.pt

Mota-Engil assina contratos no México no valor de mil milhões

A Mota-Engil celebrou com a Secretaria de Infraestructura, Comunicaciones y Transportes um novo contrato de construção ferroviária no valor total de cerca de 820 milhões de euros. Adicionalmente, também no México, salienta-se a angariação de diversos contratos no valor total de cerca de 200 milhões de euros associados à construção de infraestruturas ferroviárias. “A Mota-Engil retoma o crescimento da sua carteira de encomendas no México, a qual já ascende a cerca de 3,7 mil milhões de euros.

Fundos de investimento imobiliário estabilizam

O valor sob gestão dos fundos de investimento imobiliário (FII), especiais de investimento imobiliário (FEII) e de gestão de património imobiliário (FUNGEPI) atingiu 18 786,2 milhões de euros, em setembro, mais 0,25% do que em agosto. O montante investido nos fundos de investimento imobiliário subiu 0,2%. Nos FEII, o valor aumentou 0,7 e nos FUNGEPI recuou 0,1%. No período em análise, os países da União Europeia foram o destino da totalidade do investimento feito em ativos imobiliários.

FILIPA CORREIA, DIRETORA EXECUTIVA DA REGIÃO EMEA DA CROWE GLOBAL, CONSIDERA

“Construir pontes é o segredo da liderança internacional”

Com uma carreira marcada pela determinação e pela capacidade de adaptação, Filipa Correia tem percorrido um caminho exemplar no mundo da consultoria jurídica e fiscal internacional. Hoje, enquanto Diretora Executiva da região EMEA da Crowe Global, lidera uma rede que abrange quase 200 países, promovendo a integração entre equipas de culturas diversas e guiando-as rumo a um crescimento sustentável. Nesta entrevista à “Vida Económica”, partilha as experiências que a moldaram, as competências essenciais para liderar equipas multinacionais e os conselhos que deixa aos jovens e às mulheres que aspiram a cargos de direção.

Vida Económica - Na sua formação académica em Portugal, houve aspetos que a ajudaram a preparar este caminho internacional?

Filipa Correia - O “bichinho” nasceu com o Erasmus. O semestre em Estrasburgo foi decisivo: aprendi a viver fora da zona de conforto, a estudar noutra língua e a lidar com realidades diferentes. Fiz também um estágio no Parlamento Europeu, com uma líder parlamentar portuguesa, e o contacto com a negociação política e outras culturas marcou profundamente a minha forma de trabalhar.

Essas experiências despertaram o gosto por ambientes internacionais e pela diversidade — algo que, mais tarde, se tornou central na minha carreira.

Das raízes portuguesas à carreira global

VE - Essa foi a primeira oportunidade de para trabalhar num contexto internacional?

FC - Sim. Depois regressiei, fiz o exame da Ordem dos Advogados e trabalhei em Portugal, em escritórios com muita clientela internacional. Mas os primeiros momentos verdadeiramente internacionais foram o Erasmus e o estágio em Estrasburgo.



Filipa Correia defende que a empatia e a comunicação são fundamentais para liderar em contextos multiculturais.

VE - Quais foram as principais diferenças culturais e profissionais que encontrou nos países onde trabalhou?

FC - Cada país é único. Os portugueses são pragmáticos e adaptáveis. Em Itália aprendi o poder da empatia e da comunicação; em França, o rigor e a objetividade. Liderar em contextos tão diferentes obriga-nos a moldar a forma de comunicar e de colaborar.

Liderar com empatia e visão

VE - Quais são as competências essenciais para liderar equipas multinacionais?

FC - O essencial é saber construir pontes. A minha região abrange 97 países e mais de 160 empresas, com ritmos e culturas muito distintos. O desafio é transmitir uma estratégia comum, mas adaptada às realidades locais.

Vejo-me como alguém que une interesses e cria alinhamento onde existe diversidade. Esse foco na comunicação e nas relações sólidas explica muito do nosso crescimento — este ano fomos a região que mais cresceu, 13%, num contexto global desafiante.

“O verdadeiro capital da nossa carreira está nas relações de confiança duradouras”

O valor do “know how” e da persistência

VE - Foi fácil construir uma rede de contactos sendo portuguesa?

FC - A nacionalidade nunca foi determinante. O que faz a diferença é o trabalho. Tenho aversão à palavra “impossível”. Fui construindo relações verdadeiras, baseadas na confiança — o verdadeiro capital de uma carreira.

VE - O “know how” é mais importante do que o “know who”?

FC - Sem dúvida. Quando cheguei a Itália não falava a língua, não tinha rede nem contactos. Tive de começar do zero.

Disseram-me que não conseguiria, mas provei o contrário: entrei num escritório, evolui e cheguei a partner. A persistência vale sempre a pena.

Mulheres em cargos de direção

VE - Que conselhos deixa às mulheres portuguesas que aspiram a cargos de liderança?

FC - Acreditem e não se autocensurem. É possível ser mulher, mãe e líder. Tenho

Região EMEA envolve quase 200 países

Ao longo de mais de duas décadas de carreira, Filipa Correia especializou-se em consultoria jurídica e fiscal internacional, com foco em regimes de tributação e conformidade regulatória. Em 2022, foi eleita para o Conselho de Administração da Crowe Global. Hoje é Diretora Executiva da região EMEA (Europa, Médio Oriente e África), liderando a integração das firmas da rede e promovendo o crescimento sustentável num contexto económico em rápida mudança.

duas filhas e viajo 40% do tempo, mas quero que elas cresçam com o exemplo de que não há incompatibilidade entre cuidar da família e ter ambição. O medo não pode decidir por nós.

Lições para os jovens

VE - Que tendências globais considera mais relevantes para os jovens portugueses?

FC - Vivemos um tempo de transformação — digitalização, sustentabilidade, inovação —, mas o fator humano continuará a ser o diferencial.

Aos jovens, diria: saiam da vossa zona de conforto, cultivem a empatia, sejam flexíveis e curiosos. O sucesso não é imediato; constrói-se com consistência e sacrifício.

Trabalhar no estrangeiro: mais do que um salário

VE - Trabalhar fora pode ser uma vantagem fiscal?

FC - Depende do país. É essencial informar-se sobre regras fiscais e de segurança social antes de aceitar uma proposta. Mas a decisão de emigrar deve basear-se no propósito, não apenas no salário ou na tributação.

VE - O salário é realmente muito superior no estrangeiro?

FC - Na maioria dos casos, não — especialmente no início. O custo de vida é mais alto e o ganho real é limitado. O verdadeiro retorno é a experiência e as oportunidades futuras.

VE - Então o mais importante é o investimento pessoal?

FC - Sem dúvida. Trabalhar fora exige coragem, resiliência e visão de longo prazo. Quando investimos em nós — com sacrifício e consistência — os resultados acabam por chegar.

MERCADOS

PSI-20 - ANÁLISE TÉCNICA



O PSI continua a apresentar uma tendência altista, tendo, na última semana renovado novos máximos, em torno dos 8 350 pontos, de abril de 2010. Após renovar tais máximos, o índice português corrigiu ligeiramente, aproximando-se do seu suporte, nos 8 200, mas rapidamente recuperou e voltou a transacionar em torno dos 8 300 pontos.

DAX 30 - ANÁLISE TÉCNICA



Após ter corrigido ao longo da semana passada, renovando os mínimos de 30 de setembro nos 23 780 pontos, abaixo do seu suporte nos 24 000 pontos, o índice alemão voltou a registar sessões positivas e ultrapassou novamente esse nível de suporte. Atualmente, o DAX negocia em torno dos 24 200 pontos.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO



FILIPE GARCIA
Economista Conselheiro da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Euribor a 1 ano com descida ligeira

As taxas Euribor registaram poucas alterações, com exceção da referência a 1 ano, que voltou a recuar ligeiramente. O mercado desconta estabilidade das taxas de juro nos próximos meses, ainda que esteja a aumentar a probabilidade de corte a partir de meados de 2026. Parece haver pouco espaço para descidas adicionais, a não ser que ocorram choques económicos inesperados.

Entre os responsáveis do BCE, predomina uma atitude de cautela e equilíbrio. Christine Lagarde sublinhou a importância da independência dos bancos centrais e salientou que os riscos inflacionistas continuam sob controlo, apesar da trajetória divergente das políticas monetárias globais. Por seu turno, o Economista-

-chefe Philip Lane alertou para a vulnerabilidade dos bancos europeus face a tensões no financiamento em dólares, enfatizando que, embora a liquidez do sistema permaneça sólida, esta requer monitorização contínua. Primoz Dolenc, governador interino da Eslovénia, afirmou que apenas novos choques económicos justificariam alterações à política monetária, ao passo que Martin Kocher, da Áustria, considera que o ciclo de cortes está próximo do fim. Pierre Wunsch, da Bélgica, e Joachim Nagel, da Alemanha, destacaram a resiliência da economia e a trajetória estável da inflação, sugerindo que a probabilidade de cortes adicionais diminuiu, embora a atenção aos riscos externos e comerciais se

mantenha elevada.

Do ponto de vista económico, os dados reforçam a ideia de estabilidade da política monetária. A taxa de inflação na Zona Euro foi de 2,2% em setembro, face a 2,0% em agosto, com a inflação subjacente a subir ligeiramente para 2,4%. O mercado de trabalho continua estável, sem sinais de pressões inflacionistas significativas, o que sustenta a manutenção das taxas de juro. Nas taxas fixas, os rendimentos dos Bunds estão em zona de mínimos de 4 meses, com as tensões comerciais entre os EUA e a China e os sinais de instabilidade no sistema bancário norte-americano, a exercerem pressão sobre o apetite de risco.

22 DE OUTUBRO DE 2025

LUÍS PINHEIRA - luispinheira@imf.pt

Eur/Usd em torno dos \$1,16

EUR/USD



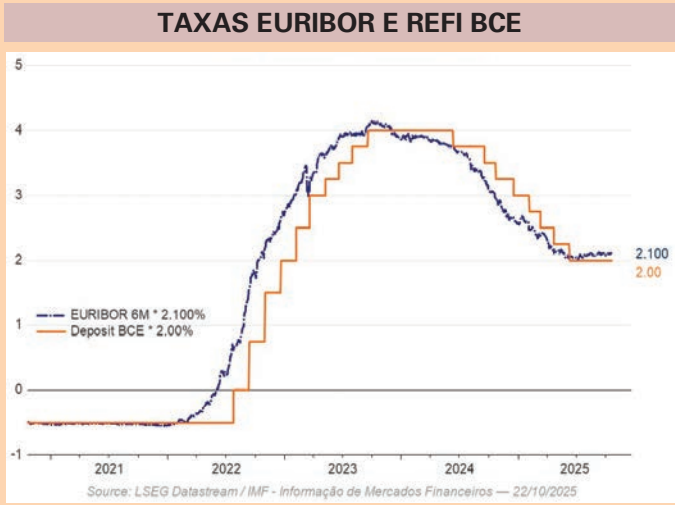
Eur/Usd

Desde o início de março, o Eur/Usd vinha a registar uma valorização, acompanhando uma linha de tendência ascendente (a vermelho). A evolução do par beneficiou da fraqueza generalizada do dólar face ao euro, o que o levou a atingir máximos de julho de 2021, na área dos \$1,1918. No entanto, após alcançar esse máximo, o Eur/Usd corrigiu e quebrou em baixa a linha de tendência referida. Desde então, o par tem oscilado maioritariamente entre os \$1,16 e os \$1,17. Na última semana, o Eur/Usd, depois de renovar máximos de 10 dias nos \$1,1728, iniciou uma sequência de sessões de desvalorização, apresentando uma aproximando-se do seu suporte robusto na zona dos \$1,14. Atualmente, o par negocia em torno dos \$1,16, enquanto o indicador MACD encurtou o seu sinal de venda.

Eur/Gbp

O Eur/Gbp apresenta uma tendência de forte valorização desde o início de junho, tendo ultrapassado consecutivamente várias resistências, nomeadamente as situadas em £0,84 e £0,86. Após superar este último nível, no início de julho, o par tentou vencer a resistência robusta em torno de £0,8750, utilizando a antiga resistência como suporte, mas sem sucesso. O Eur/Gbp seguia uma linha de tendência ascendente (a vermelho) que acabou por ser quebrada, levando o par a renovar mínimos de quase um mês, em torno de £0,8654. Desde então, o par tem negociado acima desse nível, tentando regressar acima da linha ascendente, embora sem sucesso até ao momento. Atualmente, o Eur/Gbp ronda as £0,8690, tendo a antiga resistência em £0,86 como próximo suporte.

EVOLUÇÃO EURIBOR (EM PONTOS BASE)							
	21.out.2025	14.outubro.2025			23.setembro.2025		
1M	1,904%	1,897%	▲	0,007	1,870%	▲	0,034
3M	2,038%	2,021%	▲	0,017	1,996%	▲	0,042
6M	2,110%	2,106%	▲	0,004	2,097%	▲	0,013
1Y	2,157%	2,182%	▼	-0,025	2,160%	▼	-0,003



FUTUROS EURIBOR			
Data		Taxa a 3 Meses Implícita	
novembro 25		2,005%	
janeiro 26		1,960%	
junho 26		1,885%	
março 27		1,935%	
setembro 27		2,035%	
março 28		2,145%	
CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS			DATA
BCE	Euro Refinancing Rate	2,15%	11/set/25
	Euro Marginal Lending Facility	2,40%	
	Euro Deposit Facility	2,00%	
EUA	FED Funds	4,25%	17/set/25
R. Unido	GB Prime Rate	4,00%	18/set/25
Brasil	Taxa Selic	15,00%	17/set/25
Japão	Repo BoJ	-0,10%	29/jan/16
EURO FRA'S			
Forward Rate Agreements			
Tipo*	Bid	Ask	
3X6	1,96%	2,01%	
3X9	2,04%	2,06%	
6X9	1,91%	1,93%	
6X12	1,99%	2,01%	
12X18	1,97%	1,99%	
12X24	2,07%	2,12%	
* 3x6 - Período termina a 6 Meses, com início a 3M			
EURO IRS			
Interest Swaps vs Euribor 6M			
Prazo	Bid	Ask	
2Y	2,06%	2,09%	
3Y	2,11%	2,14%	
5Y	2,25%	2,28%	
8Y	2,45%	2,48%	
10Y	2,56%	2,59%	
Obrigações		5Y	10Y
Portugal		2,30%	2,95%
Espanha		2,36%	3,09%
França		2,66%	3,35%
Alemanha		2,16%	2,57%
Itália		2,69%	3,35%
Reino Unido		3,88%	4,42%
EUA		3,57%	3,97%
Japão		1,22%	1,65%
Fontes: LSEG e IMF			

	22 out./2025	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1587	-0,30%	-1,65%	12,27%
EUR/JPY	175,92	-0,12%	1,00%	8,57%
EUR/GBP	0,8689	-0,18%	-0,46%	4,54%
EUR/CHF	0,9228	-0,83%	-1,28%	-1,53%
EUR/NOK	11,6430	-0,68%	-0,51%	-0,63%
EUR/SEK	10,9160	-0,94%	-1,21%	-4,43%
EUR/PLN	4,2312	-0,58%	-0,65%	-1,03%
EUR/CAD	1,6254	-0,42%	-0,11%	9,20%
EUR/ZAR	20,2312	0,50%	-0,76%	4,98%
EUR/BRL	6,2411	-1,71%	-0,85%	-2,79%

PORTUGAL	2024	2025*	2026*
Crescimento do PIB	1,9%	1,6%	2,2%
Inflação Média (IHPC)	2,7%	1,9%	1,8%
Saldo Orçamental (% do PIB)	0,7%	-0,1%	-1,3%
Dívida Pública (% do PIB)	94,9%	91,1%	88,4%

*Previsões do Banco de Portugal a 6 de junho de 2025

Nestlé elimina 16 mil postos de trabalho

A Nestlé vai suprimir 16 mil postos de trabalho, quase 6% do seu efetivo total, numa altura em que o gigante suíço do agroalimentar quer relançar os seus volumes de vendas. A nova administração assume que a empresa tem de mudar rapidamente. Os custos têm aumentado de forma continuada e os níveis de endividamento aumentaram sob a pressão constante dos investidores. Para os analistas, a eliminação dos postos de trabalho constitui uma surpresa.

FMI defende pequenas reformas na UE

A União Europeia só tem necessidade de um pequeno número de reformas para estimular fortemente o crescimento económico, aumentar a competitividade e manter os programas sociais, defende o FMI. Bastam algumas pequenas reformas para produzir uma taxa de crescimento do PIB mais elevada, de 3% em média, em 10 anos. As reformas permitiriam reduzir os preços da eletricidade, aumentar a mobilidade de mão de obra, harmonizar as leis sobre falências e aumentar a parte dos ativos dos fundos de pensões e de seguros investidos no capital de risco.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA					PAINEL BANCO SANTANDER							
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
ALTRI SGPS SA	5,020	0,50%	6,560	4,730	0,216	0,450	23,241	11,156	5,98%	3,53%	22/10/2025	16:55:00
IBERSOL SGPS SA	10,000	-0,99%	10,700	6,980	0,440	0,440	22,727	22,727	7,00%	7,00%	22/10/2025	16:55:00
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,755	-0,40%	0,799	0,417	0,065	0,075	11,615	10,067	3,97%	4,24%	22/10/2025	16:55:00
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	7,620	-0,78%	7,940	5,343	0,400	0,310	19,050	24,581	8,53%	7,61%	22/10/2025	16:55:00
CORTICEIRA AMORIM SA	7,310	3,25%	8,802	7,020	0,506	0,632	14,447	11,566	4,38%	4,06%	22/10/2025	16:55:00
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	6,910	-0,86%	8,140	4,080	0,480	0,557	14,396	12,406	2,46%	2,60%	22/10/2025	16:55:00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	4,448	2,65%	4,490	2,876	0,301	0,299	14,777	14,876	4,50%	4,52%	22/10/2025	16:55:00
EDP RENOVAVEIS SA	13,240	0,15%	13,820	6,710	0,333	0,442	39,760	29,955	0,63%	0,90%	22/10/2025	16:55:00
GALP ENERGIA SGPS SA	16,445	3,07%	17,440	12,240	1,320	1,313	12,458	12,525	3,95%	3,87%	22/10/2025	16:55:00
JERONIMO MARTINS	20,340	-1,17%	23,280	16,210	1,136	1,320	17,905	15,409	2,90%	3,03%	22/10/2025	16:55:00
MOTA ENGIL SGPS SA	5,780	0,52%	6,030	2,410	0,453	0,507	12,759	11,400	2,59%	3,06%	22/10/2025	16:55:00
NAVIGATOR CO SA/THE	3,108	0,06%	3,726	3,012	0,303	0,365	10,257	8,515	3,39%	7,72%	22/10/2025	16:55:00
NOS SGPS	3,750	0,27%	4,470	3,192	0,397	0,388	9,446	9,665	9,33%	10,37%	22/10/2025	16:55:00
PHAROL SGPS SA	0,082	17,05%	0,119	0,036	-	-	-	-	-	-	22/10/2025	16:55:00
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	3,110	0,65%	3,270	2,215	0,219	0,234	14,201	13,291	5,05%	5,11%	22/10/2025	16:55:00
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	17,700	-2,96%	19,060	13,300	2,175	2,450	8,138	7,224	3,54%	3,50%	22/10/2025	16:55:00
SONAE	1,408	2,62%	1,418	0,878	0,126	0,140	11,175	10,057	4,21%	4,33%	22/10/2025	16:55:00
NOVABASE SGPS SA	8,850	12,74%	10,400	5,700	-	-	-	-	15,25%	-	22/10/2025	16:55:00

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS					PAINEL BANCO SANTANDER							
Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
BANCO SANTANDER SA	8,3890	-1,11%	8,912	4,256	0,883	0,948	9,501	8,849	2,68%	2,90%	22/10/2025	16:35:29
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	48,590	1,44%	56,340	40,800	1,941	2,122	25,033	22,898	2,33%	3,48%	22/10/2025	16:35:29
REPSOL SA	14,795	1,89%	15,700	9,414	2,298	2,427	6,438	6,096	6,76%	6,75%	22/10/2025	16:35:29
TELEFONICA SA	4,623	3,19%	4,893	3,757	0,301	0,365	15,359	12,666	6,49%	6,49%	22/10/2025	16:35:29
SIEMENS AG-REG	242,000	0,56%	250,150	162,380	11,552	11,371	20,923	21,256	2,16%	2,22%	22/10/2025	16:40:44
CARREFOUR SA	13,475	2,35%	15,252	11,580	1,520	1,801	8,865	7,482	6,83%	7,02%	22/10/2025	16:55:00
BAYER AG-REG	27,520	0,97%	29,930	18,378	4,633	4,774	5,924	5,749	0,40%	0,40%	22/10/2025	16:35:26
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	28,575	-5,00%	32,210	15,230	2,914	3,264	9,806	8,755	2,38%	3,50%	22/10/2025	16:37:06
RWE AG	40,490	-1,22%	41,610	27,760	2,091	2,454	19,340	16,479	2,72%	2,95%	22/10/2025	16:43:21
VOLKSWAGEN AG	90,350	-1,26%	116,700	81,500	13,434	23,785	6,707	3,788	6,97%	5,06%	22/10/2025	16:36:53
ING GROEP NV-CVA	20,570	-1,93%	22,385	14,086	1,979	2,267	10,394	9,074	5,15%	5,15%	22/10/2025	16:55:00

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, tel. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.



PAULO MONTEIRO ROSA
Economista Sénior
do Banco Carregosa

Ouro volta a ganhar peso na economia global

O rácio entre a cotação do ouro (em dólares/onça troy) e o PIB nominal mundial (em milhares de milhões de dólares) está atualmente perto dos 4% (4320 dólares por onça face a um PIB nominal global de 111 biliões de dólares em 2024). O rácio quase duplicou desde o início de 2024 e está agora em níveis historicamente associados a períodos de abrandamento económico ou mesmo recessão. Um aumento do “peso” do ouro em relação ao PIB nominal tende a refletir um crescimento mais fraco da atividade económica ou uma forte valorização do metal amarelo, fenómenos que, normalmente, antecipam descidas das taxas de juro.

Quando as taxas de juro descem, o custo de oportunidade de deter ouro diminui, porque as moedas fiduciárias rendem menos e a diferença entre manter ouro ou dinheiro em depósitos a prazo ou em títulos da dívida pública praticamente desaparece. É certo que o ouro não gera qualquer rendimento — não paga juro, renda ou lucro —, sendo valorizado apenas pelos ganhos de capital, isto é, quando alguém o compra mais caro. Nesse sentido, o seu comportamento aproxima-se da chamada teoria do tolo dos mercados financeiros: o valor mantém-se enquanto houver quem o aceite a um preço superior. E este fenómeno de compra cada vez mais cara repete-se há cerca de seis mil anos, desde os primórdios da civilização na antiga Suméria, quando o ouro começou a ser reconhecido como reserva de valor universal.

No entanto, o ideal seria medir o peso do ouro face à economia mundial através da sua capitalização total — o valor de todo o ouro existente acima do solo — e não apenas pela cotação. Em 1960, existiam cerca de 85 mil toneladas de ouro minerado. Atualmente, esse valor ronda as 220 mil toneladas, o que significa que quase dois terços do ouro atual foram extraídos nos últimos 60 anos. Todavia, a quantidade total cresce de forma estável e

previsível, a um ritmo anual de cerca de 1,5%, muito abaixo do crescimento da massa monetária.

Entretanto, desde a invasão russa da Ucrânia e o congelamento das reservas de Moscovo no Ocidente, várias economias emergentes aceleraram a diversificação das reservas cambiais, afastando-se do dólar. A China é o exemplo mais evidente, com cerca de 3,5 biliões de dólares em reservas internacionais e menos de 10% em ouro (cerca de 2.400 toneladas, muito abaixo das 8.133 toneladas dos EUA). Pequim tem vindo a reforçar de forma contínua as suas compras e é hoje o maior importador e também o maior produtor mundial de ouro. Esta procura estrutural, liderada por bancos centrais e instituições públicas, ajuda a explicar porque é que o ouro continua a valorizar mesmo com taxas de juro nominais elevadas. No caso do ouro, o que realmente pesa são as taxas de juro reais, a perceção de risco soberano e a sua neutralidade como ativo num contexto de dívidas públicas elevadas e défices persistentes nas principais economias, como os EUA, o Japão e a França.

Um movimento semelhante de forte valorização do ouro ocorreu no final da década de 1970, quando a inflação atingiu os dois dígitos, após os choques petrolíferos e a perda de confiança no dólar após o colapso de Bretton Woods. No início dos anos 1980, o preço caiu em termos nominais com a forte subida das taxas de juro conduzida por Paul Volcker da Reserva Federal dos EUA, mas em termos reais manteve-se muito acima dos níveis anteriores a 1971.

Em suma, o rácio ouro/PIB de cerca de 3,9% reflete uma forte procura por proteção sobretudo geopolítica atualmente, sustentada também por expectativas de políticas monetárias mais flexíveis, mas principalmente pelo novo paradigma das reservas internacionais após 2022. Apesar da tendência de fundo favorável ao ouro, são prováveis algumas correções no curto prazo após a recente valorização.



eBroker
As principais bolsas mundiais ao seu alcance.

O acesso digital dos mercados financeiros.

Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt



RAIO-X LABORAL

Reforma laboral: (o que) será que vale a pena?

O Governo avançou, com pompa e circunstância, para um projeto de reforma laboral alargado — o designado “Trabalho XXI” — que pretende “rever mais de uma centena de artigos do Código do Trabalho”. Num cenário político crispado, qualquer reforma laboral enfrenta um dilema clássico: fazer o ótimo ou fazer o possível. A coligação que sustenta atualmente o Governo equilibra-se entre dois perigos: um Chega ansioso por marcar agenda e um PS em busca de rumo, desequilibrado e sem qualquer ideia clara sobre o que pretende para os próximos anos. Este equilíbrio frágil não comporta uma revisão extensa e ambiciosa. Exige foco, reformas cirúrgicas e pragmatismo. A tentação de uma reforma enciclopédica é compreensível, sobretudo quando a ministra do Trabalho é uma académica reconhecida e com obra publicada. Mas o país precisa já de medidas simples, expurgadas de ideologia e executáveis — com impacto direto na vida das empresas e dos trabalhadores. O custo de oportunidade de “tentar tudo” é alto. No entanto, processos longos, negociações intermináveis e incerteza

regulatória desincentivam o investimento e travam a gestão diária. Em vez de um pacote maximalista, a reforma deve priorizar um núcleo duro de alterações com efeito imediato no terreno, capazes de aproximar empresas e trabalhadores e de reduzir a dependência de intermediários. Primeiro, recuperar o acordo de banco de horas individual, com salvaguardas claras de transparência e previsibilidade. Em muitas empresas, sobretudo PME, a variabilidade da procura não se coaduna com rigidez horária. O banco de horas, quando voluntário e bem regulado, permite conciliar picos de atividade com a vida pessoal, sem aumentar custos fixos nem precarizar vínculos. É um instrumento de confiança mútua: flexibilidade para a empresa, previsibilidade para o trabalhador. Segundo, remover as inusitadas restrições ao “outsourcing” que, na prática, punem eficiência, inovação e competitividade. Proibir ou asfixiar a externalização não protege o emprego — desloca-o. Setores como tecnologia, logística ou serviços especializados dependem de cadeias de valor flexíveis. O que importa é garantir

igualdade de direitos básicos, combate ao falso “outsourcing” e responsabilização solidária — não bloquear modelos legítimos de organização. Terceiro, permitir a compra de dias de férias mediante acordo individual, com tetos e proteção do descanso mínimo. Há trabalhadores que valorizam mais o rendimento imediato; outros, mais tempo livre. Um regime facultativo, transparente e tributariamente neutro alinharia essas preferências sem impor um padrão único de bem-estar. Quarto, generalizar o pagamento de subsídios em duodécimos como opção padrão, com liberdade de escolha. Para muitas famílias, o fluxo mensal estável é a diferença entre controlo financeiro e endividamento. Para as empresas, suaviza picos de tesouraria e simplifica o planeamento. Estas medidas têm um traço comum: reforçam a autonomia contratual, responsabilizam as partes e reduzem a intermediação compulsiva. Não substituem a negociação coletiva — complementam-na com instrumentos ágeis ao nível da empresa. Não são uma agenda ideológica;



TIAGO PESTANA DE VASCONCELOS
Advogado da área de Direito Laboral da Cuatrecasas

são uma agenda de resultados. Uma reforma assim não esgota o debate laboral. Mas, neste momento político, oferece algo raro: previsibilidade, simplicidade e impacto imediato e mensurável. Como diriam os estrangeiros, ávidos por investir num sistema descomplicado, “less is more”. O “ótimo” pode esperar. O mercado de trabalho, as empresas e os trabalhadores não.

PUB

TRIB3

WE SWEAT TOGETHER



Descubra a experiência TRIB3, uma aula de grupo imersiva com monitorização da sua frequência cardíaca, suporte audiovisual envolvente e acompanhada por instrutores especializados.

HOLMES PLACE OEIRAS

AUTOMÓVEL

Fiat E-Scudo está no mercado português

Chegou ao mercado português o Fiat E-Scudo, um MPV elétrico destinado a famílias numerosas ou ao transporte profissional de passageiros. Conta com um motor elétrico que debita 136 cv e a autonomia anunciada é de 230 km (WLTP). Pode transportar até nove ocupantes com comodidade e tem vários sistemas de segurança de última geração. O novo veículo da Fiat está disponível a partir de 48 700 euros. O design reflete robustez.

ENSAIO

BYD Dolphin Surf - O compacto elétrico do segmento B para a mobilidade urbana

JORGE FARROMBA
jorgefarromba@gmail.com

2025 está quase a chegar ao fim e o mercado dos automóveis elétricos compactos está mais competitivo do que nunca, com opções cada vez mais interessantes e acessíveis, o que remete para uma transição mais rápida para a mobilidade sustentável.

O BYD Dolphin Surf surge como uma proposta para o segmento B, rivalizando com modelos como o Citroën ë-C3, Renault 5 e Hyundai Inster.

Lançado como uma adaptação europeia do BYD Seagull (conhecido como Dolphin Mini noutros mercados e que, na Europa, por razões óbvias, viu a designação alterada), este elétrico destaca-se pelo equilíbrio entre preço, eficiência e um conjunto de funcionalidades avançadas.

Os preços em Portugal iniciam-se nos 20.885 euros para a versão Active, com o Dolphin Surf a posicionar-se como o elétrico mais

barato da BYD no país, tornando-o acessível a um público cada vez mais vasto.

Exteriormente, o BYD Dolphin Surf segue o conceito “Ocean Aesthetics”, assente em linhas fluidas inspiradas no movimento dos golfinhos e no ambiente marítimo.

A sua silhueta compacta e elevada é ótima para a condução urbana, com a dianteira marcada por faróis de LED muito estilizados, inspirados na “dança elegante dos golfinhos”, segundo a BYD, e assentes num padrão de luz dinâmico que melhora a visibilidade noturna. O pilar C incorpora uma matriz de pontos inspirada nos cristais de gelo, separando visualmente o tejadilho e criando um efeito de “tejadilho flutuante”.

A marca apostou em cores vibrantes, como o “Lime Green” (que, na realidade, parece amarelo), com jantes de 16 polegadas e pneus Hankook — uma melhoria face aos Linglong de modelos anteriores da BYD.



A qualidade de construção do Dolphin Surf surpreende pela positiva, especialmente considerando o seu segmento. A bateria Blade LFP integrada no chassis continua a ser um destaque, pois eleva a rigidez torsional, melhorando a segurança e a sensação de robustez ao volante.

O interior é outro dos seus pontos fortes, com materiais que excedem as expectativas, destacando-se o uso de couro vegan nos bancos elétricos e um material suave, semelhante a camurça, no tablier e nas portas. Existem, contudo, alguns plásticos duros em áreas como os puxadores, num habitáculo com espaço para quatro adultos (não dispõe de cinco lugares). O refinamento acústico é de bom nível, com o motor elétrico praticamente inaudível. A inovação faz parte do ADN da BYD e também do Dolphin Surf. Começa pela plataforma e-Platform 3.0

da BYD, pelo motor síncrono integrado numa unidade “oitoe-um”, que reúne transmissão, carregador e controlos eletrónicos, otimizando a eficiência.

Ao nível das baterias, temos a versão Active (30 kWh / 65 kW), a Boost (43,2 kWh / 70 kW) e a Comfort (43,2 kWh / 115 kW). O Surf revela-se ágil em cidade, confortável, fácil de utilizar e equipado com sistemas de apoio que tornam a condução muito segura, oferecendo autonomias que podem atingir até 500 km em ciclo urbano, dependendo da bateria. O condutor pode ainda selecionar regeneração “Standard” ou “High” através do ecrã central rotativo de 10,1 polegadas.

O equipamento é generoso e inclui cruise control adaptativo, câmara de 360 graus (com boa resolução), bancos elétricos e aquecidos e direção leve e precisa, com vários modos que privilegiam o conforto.

O Dolphin Surf incorpora elementos interligados com IA, sobretudo nos sistemas avançados de assistência ao condutor (ADAS), combinados com o cruise control inteligente, travagem de emergência automática (AEB) e monitorização do condutor — rápida a intervir em caso de distração, sugerindo algoritmos de reconhecimento de padrões baseados em IA — além de câmaras e sensores com processamento em tempo real que melhoram a segurança.

O Dolphin Surf possui ainda tecnologia V2L, tornando-o uma estação de carregamento móvel. As Blade Battery passam com distinção os famosos testes de penetração com pregos, sem excederem os 60°C, reduzindo o risco de incêndio.

Em resumo, o BYD Dolphin Surf é um elétrico acessível que se destaca pela qualidade, inovação, espaço a bordo — principalmente atrás — e integração de tecnologias avançadas. O comportamento é muito bom em cidade, sendo também confortável. Os preços atrativos revelam uma escolha inteligente para quem prioriza eficiência e valor numa marca que, na Europa, quis evitar o sufixo “Mini” do modelo original por motivos óbvios.

iServices
Reparação Multimarca



Elétricos batem recorde mundial

O mercado global de veículos elétricos registou um marco histórico em setembro, ao ultrapassar a barreira dos dois milhões de unidades vendidas num único mês. Este resultado, que representa um aumento de 26% face ao mesmo período do ano anterior, reflete o avanço consistente da transição energética e o apetite crescente dos consumidores por alternativas mais sustentáveis.

A China mantém-se como o epicentro deste movimento, responsável por cerca de dois terços das vendas mundiais. O país combina políticas de apoio con-

Setembro marca um ponto de viragem na mobilidade sustentável

tínuo, cortes agressivos nos preços e uma infraestrutura de carregamento que já supera os 2,6 milhões de pontos públicos. Na Europa, o mercado recuperou o fôlego com uma subida de 36%, beneficiando de incentivos renovados e de novos modelos com

maior autonomia. Já os Estados Unidos registaram um salto de 66%, impulsionado por consumidores que anteciparam a redução de créditos fiscais.

Apesar do entusiasmo, o setor enfrenta desafios relevantes. Fabricantes como a General Motors estão a rever estratégias e a contabilizar custos significativos de adaptação, enquanto marcas como a Mercedes-Benz e a Tesla apostam em inovação tecnológica para manter vantagem competitiva. Os analistas alertam, contudo, para um possível abrandamento no final de 2025, devido



à redução de apoios e à pressão crescente sobre a cadeia de fornecimento de baterias. Ainda assim, a eletrificação do transporte parece irreversível: até ao final da

década, um em cada quatro carros novos vendidos no mundo deverá ser elétrico — sinal claro de que o futuro da mobilidade já começou.

DHL investe mais de 300 milhões de euros para acelerar o comércio em África

O Grupo DHL vai investir mais de 300 milhões de euros na África Subsariana, reforçando o seu compromisso com o desenvolvimento económico do continente. O investimento, que envolve as divisões DHL Express, DHL Global Forwarding e DHL Supply Chain, visa expandir infraestruturas e impulsionar o comércio intra-africano no âmbito da Zona de Comércio Livre Continental Africana (AFCFTA). Segundo o DHL Global Connectedness Tracker, a região liderou o crescimento global do comércio em 2025, consolidando África como polo estratégico mundial.

Inflação leva 76% dos portugueses a mudarem hábitos de consumo

Um estudo da Too Good To Go revela que 76% dos portugueses alteraram os seus hábitos de consumo devido à inflação, valor que sobe para 86% entre os jovens dos 18 aos 24 anos. A subida dos preços reduziu o consumo de carne (47%) e de peixe (52%), enquanto cresce a procura por opções mais económicas e sustentáveis. A app registou mais utilizadores e refeições salvas, espelhando a procura das famílias por soluções que conciliem poupança e consumo consciente.

Portugal entre os 20 líderes europeus em patentes de investigação

A Organização Europeia de Patentes revelou que Portugal ocupa a 16.ª posição entre 39 países europeus em pedidos de patentes de investigação. Os centros públicos nacionais somam 265 pedidos, equivalentes a 10,3% do total português. O estudo destaca ainda que Portugal lidera na adoção da Patente Unitária, com 92,3% de utilização — o



dobro da média europeia. O INESC TEC e o Instituto de Telecomunicações surgem como os principais impulsionadores desta dinâmica inovadora.

Portuguese Shoes lança campanha global pelo consumo consciente

Com o mote “O tempo de reescrever a história”, a APICCAPS lança a nova campanha internacional BiShoes4All, protagonizada por Isabel Abreu, que apela à responsabilidade e ao consumo consciente no setor do calçado. A iniciativa questiona a produção mas-

siva — 24 mil milhões de pares por ano, 88% na Ásia — e defende um modelo sustentável e humano. Portugal afirma-se como produtor de excelência, unindo tradição, inovação e ética, numa indústria que aposta em qualidade, durabilidade e respeito pelo futuro.

Bandora expande operações para o Catar

A portuguesa Bandora, especializada em inteligência artificial para edifícios inteligentes, prepara-se para expandir operações no Catar, integrada no programa governamental TASMU Smart Qatar, que visa atrair startups inovadoras. A empresa vai abrir uma sucursal no país, explorar o segmento dos data centers e aproximar-se de investidores locais. Após os EUA, esta nova



etapa reforça a internacionalização da Bandora e consolida a sua posição global em tecnologia smart building.

NOTA DE FECHO



JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ
Senior Researcher at CIGEST
MBA Drucker University / PhD Columbia University / Jean Monnet Chair
E-mail: associates@vasconcellosesa.com
Website: www.vasconcellosesa.com
LinkedIn: <http://www.linkedin.com/in/vasconcellosesa>
<http://www.linkedin.com/company/vasconcellos-e-sa-associates/>

Ganhar os debates escolhendo quem pode debater connosco

Segundo Platão, *Theaetetus* diz a Sócrates que a verdade é relativa, pessoal e subjectiva. A dele e a de Sócrates podem ser ambas, distintas e ambas verdadeiras.

Mas... responde Sócrates, para mim a verdade não é relativa, não é uma questão de opinião, mas sim objectiva e absoluta. Acredito que *só há uma verdade* e que a tua crença na relatividade da verdade é falsa e consequentemente deve ser abandonada.

Pelo que das três, uma:

Ou podemos estar ambos certos como tu defendes, eu inclusive e então (dada a minha crença no absolutismo da verdade) tu estás errado e a verdade é única.

Ou estou eu apenas certo, e novamente a verdade é única;

Ou finalmente (3ª hipótese) eu estou errado e então não estamos ambos certos, tu contradizes-te e novamente só há uma única verdade, neste caso a tua.

Em qualquer dos casos **só há uma verdade**. Absoluta. Objectiva. Não subjectiva.

O **Talmude** (colectânea de livros sagrados com discussões rabínicas escrito aquando da diáspora e após Jesus Cristo) refere que um sinédrio (tribunal religioso) que tenha decidido **por unanimidade** uma pena de morte **não a pode implementar**, uma vez que unanimidade significa que o acusado não teve um *defensor diligente* apresentando os seus argumentos em tribunal, pelo que a sentença fica sem efeito e não pode ser executada.

Por debaixo da aparente contradição, está o cerne de que o Talmude e o diálogo socrático se **completam**.

A **verdade é única**: não existem várias mas apenas uma. **Ou é, ou não é**.

Mas cada verdade só é total, **completa**, se abranger **diversos ângulos** de visão e perspectivas as quais completam, formatam e enriquecem a verdade.

E tal constitui as **pedras angulares** da organização social judeo-cristã que requer **liberdade e igualdade**. Liberdade para debater. Igualdade para o poder fazer.

Liberdade ilustrada pelo confronto de ideias em séries de debates entre os dois maiores advogados das últimas décadas, *A. Dershowitz* (democrata de esquerda) e *R. Cohn* (republicano de direita), separados por tudo, tudo, excepto no essencial: unidos na defesa do direito do opositor à opinião contrária. *Voltaire* (atribuído a): não acredito numa tua só palavra, mas defenderei até à morte o direito de dizeres. *Rosa Luxemburgo*: a liberdade é sobretudo a dos outros.

E **igualdade** nos direitos e deveres. Para que todos possam participar mesmo que por hipótese extrema concordem com *C. Rhodes* (empresário e governador da África do Sul e personalidade proeminente do século 19) quando disse não haver nada tão certo como a desigualdade entre os homens.

Mesmo aqui é fundamental a igualdade perante a lei, isto é lei para todos. Contrariamente ao que alguns ditadores do terceiro mundo dizem e seus travestis do primeiro pensam: para os meus amigos tudo; para os meus inimigos... a lei.

E **quanto ao mais...** um *rabino* ouvia a discussão entre marido e mulher. Esta queixava-se da infidelidade do marido e de lhe dar insuficiente dinheiro para a lida da casa. Tens razão minha filha, disse o rabino.

O marido, então, queixou-se da recusa da mulher em dormir com ele, bem como de fazer as suas refeições. Tens razão meu filho, disse o rabino.

Mas, interrompeu um estudante: rabino!, não podem estar ambos certos...

O rabino parou, pensou e por fim respondeu: também tens razão...

DFK Portugal adquire cinco sociedades

A DFK Portugal concluiu a aquisição de cinco sociedades de Revisores Oficiais de Contas, consolidando-se entre as principais firmas de auditoria do país. Com estas integrações, a empresa sobe do 15.º para o 7.º lugar no ranking nacional, prevendo um volume de negócios superior a 5,6 milhões de euros em 2025. A firma reforçou a sua liderança, criou um Hub de



Serviços Partilhados de Auditoria e aposta na automação e na inovação para aumentar a eficiência e modernizar a gestão interna.

INTERNATIONAL CLUB OF PORTUGAL
Joining Cultures

JANTAR DE GALA

(CONFRATERNIZAÇÃO E SOLIDARIEDADE)
ÓPERA SPECTACULAR
14 DE NOVEMBRO



DUO JARN
BY-LISBON FILM ORCHESTRA



PIANISTA
TIAGO MILEU



BAILARINO DE FLAMENCO
JOÃO LARA



PIANISTA
ZEMING WU

PATROCÍNIO EXCLUSIVO

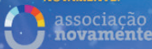


DePaço
FOUNDATION
SUPPORTING THOSE WHO PROTECT AND SERVE

PRODUÇÃO: BY THE MUSIC
COORDENAÇÃO ARTÍSTICA: JACQUELINE CHEN
DIREÇÃO ARTÍSTICA: VOLANDE TRINHA



APOIAMOS A ASSOCIAÇÃO NOVAMENTE!



Inscrições: geral.icpt@gmail.com | geral@icpt.pt | icpt.pt | 211 320 413 | 913 330 055